



Universidade de Brasília

Instituto de Letras

Departamento de Linguística, Português e Línguas Clássicas

Programa de Pós-Graduação em Linguística

Sobre o uso da vírgula: em redações, em gramáticas e para a linguística

Isabela Gennari de Souza

Brasília

2013

Universidade de Brasília
Instituto de Letras
Departamento de Linguística, Português e Línguas Clássicas
Programa de Pós-Graduação em Linguística

Sobre o uso da vírgula: em redações, em gramáticas e para a linguística

Isabela Gennari de Souza

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Linguística da Universidade de Brasília como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Linguística. Área de Concentração: Teoria e Análise Linguística.

Orientadora: Prof. Dra. Eloisa Nascimento Silva Pilati

Brasília

2013

Isabela Gennari de Souza

Sobre o uso da vírgula: em redações, em gramáticas e para a linguística

Dissertação apresentada para obtenção de grau de Mestre em Linguística do Programa de Pós-Graduação da Universidade de Brasília, pela seguinte banca examinadora:

Data de aprovação: 15 de agosto de 2013

Profa. Dra. Eloisa Nascimento Silva Pilati – UnB
Orientadora

Prof. Dr. Marcus Vinicius da Silva Lunguinho – UniCEUB
Membro Externo

Profa. Dra. Heloisa M. M. L. A. Salles – UnB
Membro Interno

Profa. Dra. Rozana Reigota Naves – UnB
Suplente

“O preconceito contra o saber do aluno faz com que este não seja visto como capaz de usar a língua para os fins para os quais ela existe.”

Eunice Pontes

À minha amada família.

Agradecimentos

À professora Eloisa Pilati, por sua valiosa orientação, paciência e aprendizado proporcionado.

À professora Heloísa Salles, por sua orientação, aprendizado proporcionado e por ter me dado de presente o tema desse trabalho.

Ao professor Marcus Lunguinho, por seus comentários e contribuições.

Aos colegas da graduação e mestrado. Em especial ao Ricardo Machado, pelo companheirismo, amizade e preocupação com minha vida acadêmica e ao Tiago Aguiar, pela valorosa ajuda na seleção.

Aos professores do mestrado. Em especial Andrews Nevins, Eloisa Pilati, Helena Guerra, Heloísa Salles e Rozana Naves.

À Ângela e à Renata, por serem sempre tão prestativas.

À Capes, pela bolsa concedida.

Aos meus alunos, por todo carinho, aprendizado constante e participação indireta nessa pesquisa.

Ao meu eterno 3º D, que me prova a cada dia que a relação professor aluno pode e deve ser sempre mais que o esperado/estipulado para a sala de aula, pelo carinho e amizade incondicionais.

Ao Sócrates Ornelas, por ser o exemplo que ele nem imagina.

À Gabi, pelo companheirismo de sempre e ajuda com os números desse trabalho.

Ao Botinha, por todo amor, confiança e paciência.

Aos meus irmãos, Dani, Rafa e Gabi, por serem inspiração, mostrarem que há sempre mais a conquistar e pelo amor, amizade e companheirismo eternos.

Aos meus pais, por todo amor do mundo, confiança deposita em mim e apoio em todos os momentos. Muito obrigada!

Resumo

Este trabalho investiga o uso de vírgulas em redações de estudantes da educação básica, vestibulandos e alunos de séries finais do ensino médio. O objetivo da pesquisa é o de verificar se há padrões no emprego da vírgula nos casos em que o uso vai contra as predições das normas gramaticais e como esse padrão pode ser explicado. Seguindo os pressupostos da Teoria Gerativa, o conhecimento da língua é inato, o que nos leva ao pressuposto de que o falante tem um conhecimento intuitivo sobre a língua e que permite explicar o uso da vírgula nos dados estudados. Pretende-se, portanto, propor que a vírgula não é sempre colocada de modo aleatório quando não ocorre em consonância com o postulado na Gramática Tradicional. A metodologia utilizada será a análise de dados retirados de redações de estudantes da educação básica em séries finais do ensino médio. Os resultados da análise de dados mostram que nem sempre a colocação da vírgula ocorre de acordo com as convenções, mas podemos observar que a colocação de vírgulas não é feita de maneira aleatória; há a intenção do falante em marcar alguma fronteira, supostamente com finalidade/significado estilístico. Os resultados da pesquisa também mostram que há um problema descritivo envolvido no estudo da vírgula nas escolas, pois a revisão bibliográfica mostrou que as predições em relação aos usos da vírgula se baseiam em critérios de pausa, em detrimento de uma abordagem sintática do fenômeno. A forma como a vírgula tem sido ensinada na escola, em que o principal critério para o uso da vírgula está relacionado a ritmo e pausa, não favorece a compreensão de que há fatores sintáticos envolvidos no uso desse sinal de pontuação. Essa falta de precisão na descrição do fenômeno traz problemas para a questão do ensino do uso da vírgula durante a educação básica. Outro resultado advindo da análise dos dados é que a maior ocorrência de uso indevido da vírgula é entre sujeito e predicado. A proposta desse trabalho é que há uma relação entre o uso da vírgula entre sujeito e verbo/predicado e o fato de o Português do Brasil estar se tornando uma língua voltada para o discurso (cf. Pontes 1987).

Palavras-chave: vírgula, ensino, tópico, redações, consciência morfossintática.

Abstract

This thesis investigates the use of commas in newsrooms basic education students, high school students and students from grades of high school. The objective of the research is to see if there are patterns in the use of the comma in cases where the use goes against the predictions of grammatical rules and how this pattern can be explained. Following the assumptions of Generative Theory, knowledge of language is innate, which leads us to the assumption that the speaker has an intuitive understanding of the language and which may explain the use of the comma in the data studied. It is intended, therefore, propose that the comma is not always placed at random when it occurs in line with the postulate in Traditional Grammar. The methodology used is the analysis of data drawn from newsrooms basic education students in the final years of high school. The results of data analysis show that not always the placement of the comma occurs according to the conventions, but we can see that the placement of commas is not made at random, there is the intention of the speaker in scoring some frontier , supposedly with purpose / stylistic meaning . The survey results also show that there is a problem involved in the descriptive study of the comma in schools, as the literature review showed that the predictions regarding the comma uses are based on criteria pause, rather than a syntactic approach of the phenomenon. The way the comma has been taught in school that the main criterion for the use of the comma is related to rhythm and pause, not conducive to the realization that there are syntactic factors involved in using this punctuation mark. This lack of precision in the description of the phenomenon brings problems to the issue of teaching the use of the comma in basic education. Another emerging result of the data analysis is that the higher incidence of misuse of the comma is between subject and predicate. The purpose of this work is that there is a relationship between the use of the comma between subject and verb/predicate and the fact that the Portuguese of Brazil is becoming a language oriented speech (cf. Bridges 1987) .

Keywords : comma, teaching, topic , essays , morphosyntactic awareness .

Sumário

Resumo	8
Abstract.....	9
Introdução	10
Capítulo 1 – Histórico da abordagem da vírgula sob pontos de vista prescritivos	
1.0 Nota introdutória	166
1.1 Pontuação nas gramáticas ao longo do tempo: de Fernão de Oliveira a Celso Ferreira da Cunha & Luís Felipe Lindley Cintra.....	166
1.1.1 Considerações sobre a seção	22
1.2 A vírgula segundo Bechara (2009) e Cunha & Cintra (2008)	24
1.2.1 Evanildo Bechara (2009)	24
1.2.2 Celso Cunha & Lindley Cintra (2008).....	28
1.3 A vírgula nos materiais didáticos.....	33
1.3.1 <i>Gramática reflexiva: texto, reflexão e uso</i> - Willian Roberto Cereja & Thereza Cochar Magalhães (2008)	33
1.3.2 <i>Gramática da língua portuguesa</i> - Roberto Melo Mesquita (2002).....	37
1.4 Considerações sobre o capítulo	41
Capítulo 2 – Estrutura de constituintes: implicações para o ensino de vírgula	
2.0 Nota introdutória	42
2.1 Duarte (2011).....	42
2.2 Duarte e Brito (2003).....	46
2.3 Considerações sobre o capítulo	49
Capítulo 3 – Uso da vírgula em produções escritas	
3.0 Nota introdutória	50
3.1 Análise dos dados.....	50
3.2 Não uso de vírgula pelos candidatos/alunos.....	555
3.3 Uso indevido da vírgula pelos candidatos/alunos.....	577

3.4 Considerações sobre o capítulo	59
Capítulo 4 – Sobre o tópico no português do Brasil	
4.0 Nota introdutória	62
4.1 O tópico em português.....	62
4.2 Características do tópico e das línguas de tópico	63
4.3. Sujeito-predicado ou tópico-comentário?.....	65
4.4 Topicalização na língua oral: reflexos na escrita.....	68
4.5 Considerações sobre o capítulo e reanálise dos dados	71
Considerações finais	74
Referências bibliográficas.....	76

Introdução

A presente pesquisa investiga vários aspectos relacionados à temática da vírgula. Pretende-se verificar de que forma as denominadas Gramáticas Normativas têm abordado o assunto, como o uso da vírgula é tratado em livros didáticos, como estudantes em fase de conclusão do ensino médio usam a vírgula em suas produções escritas e, por fim, como os estudos linguísticos modernos têm analisado o uso desse sinal de pontuação.

Seguindo os pressupostos da Teoria Gerativa, parte-se da hipótese de que conhecimento da língua é inato. Para Chomsky (1986,1988), as línguas possuem princípios invariáveis e universais, que são inconscientemente usados. A esse conjunto de princípios e estruturas mentais, denomina-se Gramática Universal. Em outras palavras, o pressuposto que guia a presente pesquisa é o que se há um conhecimento linguístico inconsciente, ele estará presente, seja no uso da língua falada (que é inato), seja no uso escrito da língua (que é uma habilidade aprendida em contextos de ensino formal, mas que se guia também pelos princípios da GU). Tal conhecimento inato pode estar por trás de certos usos da vírgula nas produções escritas dos alunos.

Numa análise preliminar de produções escritas de alunos de terceiro ano de ensino médio, verificou-se, que o uso da vírgula não ocorreu de acordo com as convenções, conforme descrito abaixo:

(1) É ele que deveria fornecer, a esses jovens, vagas suficientes. (vestibular)

(2) Não são, porém, todos os jovens que conseguem a aprovação no vestibular fazendo com que, muitos, não tenham a chance de frequentar um curso superior. (vestibular)

(3) Intenção das informações, esclarecimento e a certeza que o existe aqui é completamente nosso, ajudariam a enfatizar as verdadeiras raízes de uma sociedade que realmente não conhece as dimensões de sua história as suas capacidades e fragilidades. (vestibular)

Nos exemplos, há dois casos distintos de uso da vírgula em desacordo com as regras de gramáticas descritivas: em (1) há a separação do argumento interno (um objeto indireto) do verbo que o selecionou; em (2) e (3) verifica-se a separação de

sujeito e predicado. No entanto, em (2), o sujeito é simples e, em (3), o sujeito é complexo.

Nesses dois casos parece que a colocação de vírgulas não foi feita de maneira aleatória, pois elas não separam os constituintes internamente. Por exemplo, não há vírgula separando o artigo [determinante] do substantivo que com ele se relaciona, dentro um sintagma nominal, como em [*a, esses jovens*]). O uso da vírgula ocorreu entre sintagmas, o que sugere que houve certa intenção do falante em marcar alguma fronteira, nos casos dos exemplos acima, foram fronteiras sintagmáticas.

Como dito anteriormente, partimos do pressuposto de que o falante possui um conhecimento linguístico inato cuja utilização é, muitas vezes, inconsciente. Tal conhecimento permite explicar o uso da vírgula nos exemplos citados. Em particular, constata-se que em (1), o verbo é bitransitivo, e a separação por vírgula marca a realização do objeto indireto em posição anteposta ao objeto direto; em (2), a vírgula marca a realização do constituinte ‘muitos’ marcado pela focalização; em (3), a vírgula marca a fronteira de um sintagma nominal complexo, em relação ao predicado.¹

Acredita-se então que todo falante letrado possui um saber morfossintático e que tal conhecimento é usado nesses tipos de construção. Como se afirmou anteriormente, a escrita é considerada nessa pesquisa como algo aprendido em contextos formais, mas que é influenciada em vários aspectos pelos princípios da GU. Um exemplo desse conhecimento em uso pode ser atestado nos exemplos acima, em que o estudante usou o sinal de vírgula para separar constituintes dentro de um período.

Ainda em relação à escrita, considera-se, seguindo Kato (2010:25) que há várias diferenças entre a fala e a escrita. De forma resumida,

- a) a linguagem oral é altamente dependente de contexto, enquanto a escrita é descontextualizada;
- b) a coesão, na linguagem oral, é estabelecida através de recursos paralinguísticos e supra-segmentais, enquanto na linguagem escrita, ela é estabelecida através de meios lexicais e de estruturas sintáticas complexas que usam conectivos explícitos.

Kato (2010) afirma que as modalidades oral e escrita da linguagem apresentam uma isomorfia parcial, pois fazem a seleção a partir do mesmo sistema gramatical e

¹ Alguns gramáticos apresentam a possibilidade de usar vírgula entre sujeito complexo e predicado, mas não há consenso quanto a essa regra.

podem expressar as mesmas intenções. O que determina as diferenças são as condições de produção. Para a autora, a fala é regida por imposições de ordem comunicacional e funcional, enquanto a escrita sofre também imposições de ordem normativa e convencional, que podem conflitar com as de ordem funcional.

As questões gerais que norteiam a presente pesquisa são:

- a) De que forma as gramáticas prescritivas e materiais didáticos têm apresentado as “regras” de uso da vírgula ao longo dos tempos?
- b) Como os estudos linguísticos mais recentes têm entendido o uso da vírgula?
- c) Em quais contextos sintáticos estudantes concluintes do ensino médio têm usado ou não usado a vírgula em suas produções escritas?
- d) É possível explicar padrões de uso da vírgula com base nos entendimentos atuais sobre o conhecimento linguístico do falante?
- e) De que maneira as regras apresentadas pelas gramáticas e materiais didáticos influenciam no uso ou não uso da vírgula em produções de texto dos alunos concluintes do ensino médio?

Em relação aos pressupostos teóricos, conforme afirmado anteriormente, partimos dos pressupostos do gerativismo propostos por Noam Chomsky (1957). Há uma gramática internalizada que permite ao falante reconhecer enunciados como sentenças sem que lhe tenham ensinado. Assim, para o gerativismo, gramática não corresponde a um conjunto de regras prescritivas, mas sim ao conhecimento de regras não prescritivas que o falante tem de sua língua materna, independente de ter aprendido formalmente ou não.

Chomsky propôs que as propriedades linguísticas não encontram explicação numa lógica extralinguística, mas são parte da faculdade da linguagem, considerada como um órgão da linguagem. Segundo Chomsky (1998:18), “a faculdade da linguagem entra de modo crucial em cada um dos aspectos da vida, do pensamento e da interação humanos”. Assim como a mente/cérebro, a faculdade da linguagem também é modular, temos módulos diferenciados para lidar com diferentes tipos de informação linguística.

Há propriedades internas e gerais de sistemas de regras que podem ser atribuídos à própria faculdade da linguagem. Outras são externas e específicas, tendo a ver com as

condições impostas pelos sistemas da mente/cérebro com que a faculdade de linguagem interage. Essa abordagem que se baseia na ideia de que o estado inicial da linguagem consiste em princípios invariantes e um leque finito de escolhas quanto ao funcionamento do sistema é a abordagem de Princípios e Parâmetros.

Como na proposta do gerativismo a língua é vista como uma propriedade do cérebro, deve então haver uma característica comum a todas as línguas. Para responder a esse questionamento, a teoria gerativa apresenta o sistema de Princípios e Parâmetros. Assim, o gerativismo consegue explicar o caráter duplo da linguagem como propriedade variante e invariável.

Princípios são leis gerais válidas para todas as línguas naturais e os parâmetros são o que diferencia as línguas, são propriedades que uma língua pode ou não apresentar. Os Parâmetros estão previstos na faculdade da linguagem enquanto os Princípios são universais, carecendo de um valor que depende do *input* que a criança recebe.

A capacidade de adquirir uma língua é, na visão gerativista, uma habilidade inata. A criança irá adquirir uma língua desde que seja exposta aos dados. O processo de aquisição é uma espécie de filtragem do input por meio da Gramática Universal (GU) que gera um *output*, a língua. A aquisição é então um processo instantâneo.

Em relação à metodologia utilizada, usou-se dois tipos de investigação: revisão bibliográfica e análise de produções escritas (pelo fato de a pesquisa possuir questões investigativas de diferentes tipos). Para a análise dos dados das produções escritas, foram coletadas redações de vestibulares e redações de estudantes da educação básica em séries finais. Foram analisadas 60 redações ao todo, sendo 30 redações de alunos prestando vestibular e 30 redações de alunos que cursam o 3º ano do ensino médio em uma escola particular de Brasília, no ano de 2013. Foram escolhidas redações de vestibulares por se tratarem de redações feitas em um contexto monitorado, no qual os alunos tentam aplicar de modo correto as convenções gramaticais aprendidas ao longo do ensino básico. As redações dos alunos das séries finais foram retiradas das minhas turmas de terceiro ano do ensino médio de modo aleatório, sem considerar nota ou correção e sem escolha prévia de material.

Pelo fato de os textos de vestibulandos terem sido produzidos em 1995, optou-se por analisar textos mais recentes. Por isso, foi feita também a análise dos textos de alunos que cursam o 3º ano do ensino médio em 2013, com idade escolar entre 16 e 18 anos, em escola particular no Distrito Federal. Como os resultados apresentados nos

dois períodos foram bastante semelhantes, optou-se por manter as duas bases de dados para essa pesquisa e tratar os dados como um conjunto só.

Os textos de vestibular foram cedidos em 1995 pelo Centro de Seleção e Promoção de Eventos – CESPE, ao Departamento de Linguística, Português e Línguas Clássicas da UnB para um projeto de pesquisa e os textos de 3º ano foram recolhidos em sala de aula como dever de casa a ser avaliado.

Para identificação dos contextos de uso correto ou incorreto da vírgula, foram usadas como base as orientações de Evanildo Bechara (2009) em *Moderna Gramática Portuguesa* e Celso Cunha & Lindley Cintra (2008) em *Gramática do Português contemporâneo*. Tais obras foram escolhidas por serem referências no estudo de gramática e servirem como base para outras gramáticas e materiais didáticos.

Para a apresentação da pesquisa e dos resultados obtidos, organizou-se a presente dissertação em quatro capítulos. O capítulo 1 apresenta um panorama de como a pontuação e, em especial, a vírgula tem sido tratada pelas gramáticas tradicionais e pelos livros didáticos. Com base na pesquisa de Camara (2012), são apresentadas as seguintes obras: *Grammatica da Linguagem Portuguesa*, Fernão de Oliveira (1536); *Da Orthografia*, João de Barros (1540); *Regras que ensinam a maneira de escrever e a ortografia da língua portuguesa*, Pero de Magalhães Gândavo (1592); *Gramática Filosofica da Língua Portugueza*, Jerônimo Soares Barbosa (1822); *Serões Gramaticaes ou Nova Grammatica Portugueza*, Ernesto Carneiro Ribeiro (1955); *O Idioma Nacional*, Antenor Nascentes (1960); *Gramática Metódica da Língua Portuguesa*, Napoleão Mendes de Almeida (1999); *Gramática Normativa da Língua Portuguesa*, Carlos Henrique da Rocha Lima (1957); *Moderna Gramática Portuguesa Evanildo*, Bechara (2010); *Nova Gramática do Português contemporâneo*, Celso Ferreira da Cunha & Lindley Cintra (2008); *Gramática reflexiva: texto, reflexão e uso*, Willian Cereja & Thereza Magalhães (2008); e *Gramática da língua portuguesa*, Roberto Melo Mesquita (2002).

O capítulo 2 apresenta a relação direta entre a vírgula e a estrutura de constituintes revelada por estudos linguísticos. São apresentados os estudos de Maria Eugenia Duarte (2011) e Inês Duarte & Ana Maria Brito (2003) como proposta para o ensino da gramática a partir dos predicadores verbais. Essa distribuição facilita aos alunos o entendimento da estrutura da oração e da dependência entre seus termos. O capítulo 3 apresenta a pesquisa feita, usando como material as redações de

vestibulandos e alunos concluindo o ensino médio e os resultados obtidos. O capítulo 4 tenta esboçar uma possível explicação para o uso de vírgulas, em um dos casos de uso da vírgula em desacordo com as normas gramáticas de maior incidência, que foi o de separação do sujeito do verbo. Por fim, no capítulo 5, são apresentadas as considerações finais do trabalho.

Capítulo 1 – Histórico da abordagem da vírgula sob pontos de vista prescritivos

1.0 Nota introdutória

Este capítulo apresenta tanto sob uma perspectiva diacrônica quanto sob uma perspectiva sincrônica de que forma as gramáticas tradicionais e os livros didáticos têm apresentado as regras relacionadas ao uso da vírgula.

A primeira seção apresenta os autores mais antigos, como Fernão de Oliveira (1536) e João de Barros (1540) e vai até os mais recentes, como Cunha & Cintra. A segunda seção analisa com mais detalhe Cunha & Cintra (2008) e Bechara (2009). A terceira seção analisa os materiais didáticos de Cereja & Magalhães (2008) e Mesquita (2002).

1.1 Pontuação nas gramáticas ao longo do tempo: de Fernão de Oliveira a Cunha & Cintra

A presente seção se baseia exclusivamente no estudo de Camara (2011), que apresenta como a pontuação tem sido abordada sob a ótica de 17 gramáticos. A autora divide-os em dois grupos: os estudos diacrônicos e os sincrônicos. Dessas 17 obras, selecionaram-se 10 para apresentar como a vírgula foi abordada ao longo do tempo. Dentre os autores mais antigos, estão Fernão de Oliveira, João de Barros, Pero de Magalhães Gândavo, Jerônimo Soares Barbosa e Ernesto Carneiro Ribeiro. Dentre os mais recentes, Antenor Nascentes, Napoleão Mendes de Almeida, Carlos Henrique Rocha Lima, Evanildo Bechara e Celso *Ferreira da Cunha* & Lindley Cintra.

A gramática tradicional trata da vírgula como elemento de pontuação que marca, sobretudo, a pausa, sem dar a devida ênfase aos aspectos linguísticos e semânticos que motivam o uso da pontuação de forma enfática ou comparativa.

Em sua *Grammatica da Linguagem Portuguesa*, Fernão de Oliveira (1536) apresenta observações interessantes a respeito da oralidade e antecipa padrões consagrados pela linguística atual, mas não trata da pontuação, deixando subentendido que outros estudos devem ser feitos.

...e nestas cousas se acabara esta primeira anotação em dizer não tudo mas apontar algumas partes necessárias da ortografia: acento: etimologia: e analogia da nossa linguagem em comum e particularizando do nada de cada dicção porque isto ficava para outro tempo e obra. (*apud* Camara, 2011)

Na seção *Da Orthografia*, sob o título "Dos Pontos e Distinções da Óraçám" João de Barros examina as pausas da escrita sem se limitar a uma descrição, mas trata a pontuação como efeito sobretudo da sintaxe. Destaca que uma das principais funções dos sinais gráficos está em evitar construções ambíguas, o que, em alguns casos, é fácil de ocorrer quando eles não são empregados. A anfibologia tem base na construção sintática. Ainda assim, João de Barros não desconsidera a força do ritmo no uso da pontuação.

Pero de Magalhães de Gândavo, em sua obra *Regras que ensinam a maneira de escrever e a ortografia da língua portuguesa*, aborda o emprego da vírgula, dos dois-pontos e do ponto, afirmando que a vírgula mais se distingue de dois-pontos pela pausa do que pela sintaxe em si. Explicita uma ideia de gradação de força rítmica, em vez da noção sintática, para a diferença entre os sinais.

Em sua *Gramática Philosophica da Língua Portuguesa*, Jerônimo Soares Barbosa relaciona aos instrumentos da escrita marcas presentes na linguagem oral, ajustando dois aspectos relacionados à produção do sentido: o sintático e o rítmico, e estabelece uma espécie de hierarquia no uso dos sinais gráficos

Nunca use ponto e vírgula, sem que antes haja vírgula; nem também use dois pontos, sem que antes preceda ponto e vírgula: porque a pontuação mais forte supõe d'antes a mais fraca. (...) orações que se podem distinguir com vírgulas somente, não se deve pontuar com ponto e vírgula; as que se pode distinguir só com ponto e vírgula não se devem pontuar com dois pontos: porque a pontuação nunca deve ser supérflua. (CAFEZEIRO: 1993, p. 91, *apud* Camara 2011)

As orientações de Barbosa são elaboradas sem um critério definido e remetem à ideia de distribuição ascendente e harmoniosa entre conteúdos, pausas e pontuação, numa escala em que nada é excedente.

Para Ernesto Carneiro Ribeiro, em *Serões Gramaticaes ou Nova Grammatica Portuguesa* (1955) "PONTUAÇÃO é a arte de indicar por meio de certos sinais

convencionais a proporção das pausas que faz quem falla ou lê". (p. 705). Considerada pelo autor como "de máxima utilidade", justifica-o da seguinte maneira: "... distinguindo os varios sentidos parciaes ou totaes, a ligação e subordinação de uns aos outros, sua dependência e relações, aclara e esclarece o discurso, adaptando a palavra aos altos destinos a que ella obedece na vida da humanidade." (RIBEIRO, 155)

Na perspectiva de Ribeiro, sinais de pontuação são as notas musicais do discurso e, ao lado de uma marcação rítmica, a organização sintática garante a inteligibilidade do enunciado. Aponta que "a arte de pontuar" era totalmente desconhecida nos primeiros escritos.

Duas questões surgem nas considerações de Ribeiro: a primeira diz respeito ao papel da pontuação como elemento organizador do texto por parte daquele que lê e a segunda relaciona-se à produção do sentido, destacando o cuidado de o leitor ater-se à interpretação do autor;

Ribeiro aponta que a pontuação tem como finalidade a clareza da linguagem, que, por sua vez, leva clareza ao pensamento e precisão e distinção às ideias, tudo isso resultado da organização sintática do texto, pois, segundo o autor, pontuação e sintaxe caminham juntas. (CAMARA 2011, p. 902)

Ribeiro destaca a construção do sentido, chamando a atenção para o papel da pontuação como fator de textualidade, a partir das intenções significativas de quem escreve.

Antenor Nascentes, em *O Idioma Nacional* (1960), relaciona o emprego dos sinais de pontuação ao ritmo, à entoação e à expressão.

A indicação do ritmo e da entoação do período é dada na escrita, pelos sinais de pontuação.

É preciso atribuir a cada sinal de pontuação o seu verdadeiro valor.

A vírgula indica uma pausa pequena.

O ponto e vírgula indica pausa maior do que a vírgula.

O ponto, indicando o fim da frase, exige um repouso completo.

Os dois pontos indicam uma pausa em seguida à qual se espera uma citação.

O ponto de exclamação exige uma elevação da voz que denote espanto, raiva ou outro sentimento.

O ponto de interrogação indica que se deve imprimir à frase a entoação propícia que pergunta. (NASCENTES, 1960, p. 38)

“Para Nascentes, atribuir ‘valor’ aos diferentes sinais de pontuação implica empregá-los adequadamente, levando em conta propriedades semânticas relacionadas a cada um deles.” (Camara, p. 905)

Na *Gramática Metódica da Língua Portuguesa*, Napoleão Mendes de Almeida apresenta a pontuação no capítulo sessenta e cinco, constituindo parte do estudo da sintaxe. Almeida abre o referido capítulo com o conceito de Júlio Ribeiro sobre pontuação: "arte de dividir, por meio de sinais gráficos, as partes do discurso que não tem entre si ligação íntima, e de mostrar do modo mais claro as relações que existem entre essas partes" (1999, p. 570);

Divide os sinais de pontuação em três classes: objetivos, subjetivos e distintivos. São notações objetivas a vírgula, o ponto-e-vírgula, os dois-pontos e o ponto final; subjetivas, o ponto de interrogação, o ponto de exclamação, as reticências e os parênteses; as distintivas, as aspas, o travessão, o parágrafo, a chave, os colchetes e o asterisco.

Carlos Henrique da Rocha Lima, com a *Gramática Normativa da Língua Portuguesa*, dá seguimento às ideias de Ernesto Carneiro Ribeiro. Expõe uma flutuação no que se refere à base a partir da qual a pontuação é empregada: rítmica, sintática e semântica e apresenta a vírgula como pausa que não quebra a continuidade do discurso, indicativa de que a frase ainda não foi concluída.

Na *Moderna Gramática Portuguesa* Evanildo, Bechara situa o capítulo relativo à "Pontuação" entre "Sintaxe" e "Estilística" e define pontuação do seguinte modo:

... entendemos por pontuação uma "sistema de reforço da escrita", constituído de sinais sintáticos, destinados a organizar as relações e a proporção das partes do discurso e das pausas orais e escritas. Estes sinais também participam de todas as funções da sintaxe, gramaticais, entonacionais e semânticas. (BECHARA, 1999, p. 604)

O enunciado não se constrói como um amontoado de palavras e orações. Ele se organiza segundo princípios gerais e dependência e independência sintática e semântica, recobertos por unidades melódicas e rítmicas que sedimentam esses princípios. Proferidas as palavras e orações sem tais aspectos melódicos e rítmicos, o enunciado estaria prejudicado na sua função comunicativa. Os sinais de pontuação, que já vêm sendo empregados desde muito tempo, procuram garantir no texto escrito esta solidariedade sintática e semântica. (Id., ibid., p. 606)

Para Bechara, os sinais de pontuação são empregados de modo a atender à iniciativa e à decisão do produtor do texto no seu desejo de levar ao texto algo mais de expressividade, de contorno melódico, rítmico e entonacional, além das palavras e das construções utilizadas.

Celso Ferreira da Cunha e Luís Felipe Lindley Cintra, com a *Nova Gramática do Português contemporâneo*, trazem o estudo da pontuação numa ordem que permite observar a força do ritmo e da sintaxe estilística.

A língua escrita não dispõe dos enumeráveis recursos rítmicos e melódicos da língua falada.

Para suprir esta carência, ou melhor, para reconstituir aproximadamente o movimento vivo da elocução oral, serve-se da pontuação.

Os sinais de pontuação podem ser classificados em dois grupos:

O primeiro grupo corresponde aos sinais que, fundamentalmente, se destinam a marcar as pausas: a vírgula, o ponto, o ponto e vírgula.

O segundo grupo abarca os sinais cuja função essencial é marcar a melodia, a entoação: os dois-pontos, o ponto-de-interrogação, ponto-de-exclamação, as reticências, as aspas, os parênteses, os colchetes, o travessão.

Observações: 1 – Esta distinção didaticamente cômoda, não é, porém, rigorosa.

Em geral os sinais de pontuação indicam ao mesmo tempo, a pausa e a melodia. (Id., ibid. 1985, p. 625)

Cunha & Cintra consideram, que pausas e entoação constituem eixos de um mesmo aspecto: a produção do sentido.

Celso Cunha conclui em outro trabalho, *Gramática de Língua Portuguesa* que:

1 – Pontuar é sinalizar gramatical e expressivamente um texto. O emprego inadequado de um sinal de pontuação pode não só prejudicar, mas até alterar o seu sentido. Cumpre, pois, utilizar com precisão tais sinais.

2 – Além de sua função linguística, a pontuação tem uma utilidade social. Um texto mal pontuado é de acesso difícil e, em geral, deixa no leitor uma penosa impressão de ignorância, ou de desleixo, daquele que o escreveu. E dar de si uma tal impressão pode ter repercussões nefastas na vida prática.(...)

3 – Por outro lado, não se deve abusar dos sinais de pontuação. Escritores há que empregam vírgulas em demasia, com o que travam o enunciado, prejudicando o seu ritmo natural e, às vezes, tornando-o obscuro.

4 – Para bem pontuar, siga-se este conselho de Galichet e Chatelain: "Para saber onde deve colocar os seus sinais de pontuação habitue-se a ouvir a melodia da frase que escreve e, quando hesitar, leia a frase em voz alta: as pausas que será obrigado a observar e as mudanças de entoação lhe indicarão geralmente a escolha e o lugar dos sinais de pontuação que nela terá de introduzir. (Id., *ibid.*, p. 618-9)

Os dois trabalhos confirmam a ideia de que o emprego dos sinais gráficos obedece a questões tanto gramaticais quanto expressivas. Cunha preocupa-se com a utilização da linguagem como meio de interação social e com a necessidade do uso adequado do material linguístico. Apresenta ainda a dificuldade de utilizar exemplos de pontuação em texto antigos visto que antigamente não usavam a pontuação e a modernização desses textos pode ter trazido mudanças de sentido.

Camara (2011) mostra com esses estudos que o papel da pontuação é extremamente relevante na organização textual e na conseqüente produção de sentido. Conclui que, ao lado da base sintático-semântica, não é possível desconsiderar o papel do ritmo e da entonação no referido uso, ritmo esse que aparece sempre associado à oralidade.

Para a sala de aula, Camara propõe:

Colocar a pontuação no grau de importância que o assunto efetivamente possui para a leitura e para a produção textual, bem como ampliar, para além

dos limites da sintaxe, a motivação do autor ao fazer uso dos sinais, postura esta que não costumam apresentar os livros didáticos em geral. (p.916)

1.1.1 Considerações sobre a seção

A análise dessas gramáticas nos permite observar como a pontuação, em especial a vírgula, é apresentada ao longo do tempo. De forma geral, há três critérios: ritmo, semântico e sintático.

As gramáticas apresentadas aqui em ordem cronológica de publicação mostram-nos um breve estudo diacrônico de como a pontuação era ou não tratada. Como se pode ver, não há grandes mudanças entre elas com o passar do tempo. De modo geral, podemos dividi-las entre as que colocam a pontuação como marcador de pausa, como fator de textualidade, motivação rítmica ou notação sintática.

Gramáticos tradicionais	Ritmo	Sintaxe	Pausa	Textualidade / Semântica
João de Barros (1540)	X	X		
Pero Magalhães Gândavo (1592)	X		X	X
Jerônimo Soares Barbosa (1822)	X	X		
Ernesto Carneiro Ribeiro (1955)		X		X
Antenor Nascentes (1960)	X			
Napoleão Mendes de Almeida (1999)		X		
Carlos Henrique da Rocha Lima (1957)	X	X	X	X
Evanildo Bechara (1958)	X		X	
Celso Ferreira da Cunha & Lindley Cintra (1977)	X	X	X	

Tabela 1: Motivação para pontuação na ótica dos gramáticos tradicionais.

Há nas primeiras produções um contraste se considerarmos que Fernão de Oliveira (1536) não apresenta pontuação em sua gramática e João de Barros (1540) defende a relação entre pontuação e sintaxe. No entanto, percebemos uma semelhança cronológica nos demais gramáticos. Pero de Magalhães Gândavo (1592) considera que há no processo de pontuação motivação semântica e rítmica.

No segundo grupo de autores, os mais contemporâneos, Antenor Nascentes (1960), Carlos Henrique da Rocha Lima (1957) e Celso Ferreira da Cunha & Lindley Cintra (1985) consideram a sintaxe, mas relacionam a pontuação ao ritmo e expressividade e deixam bem marcado em suas obras a vírgula como pausa. Considerar a vírgula como elemento de pausa prepara o aluno mais para gêneros literários que produções de textos cobrados na fase escolar em que estão.

Em suas obras, Napoleão Mendes de Almeida (1944) e Evanildo Bechara (1958) apresentam a pontuação dentro da sintaxe. Para Almeida, essa proposta diverge tanto dos clássicos por naquelas gramáticas não considerarem o aspecto sintático. Bechara desconsidera o ritmo.

Ernesto Carneiro trata a vírgula como notas musicais do discurso, Rocha Lima como pausas orais que não quebram a continuidade do discurso, Cunha & Cintra propõe que a vírgula é usada para reconstituir o movimento vivo da elocução oral e dizem ainda que pontuar é sinalizar gramatical e expressivamente um texto. Percebe-se que não há, entre os gramáticos, critérios definidos para o uso da vírgula e eles limitam a ocorrência da pontuação ao ritmo, desconsiderando as motivações sintáticas.

É importante observar que a proposta de Camara (2010) para o uso da vírgula em sala de aula, no entanto, não atende às demandas de sala de aula, pois defende que devemos ensinar considerando o ritmo. As redações analisadas, apresentadas no capítulo três deste trabalho, mostram que a maioria das inadequações ocorrem quando os alunos não se pautam por critérios sintáticos ao usar a vírgula.

Em resumo, a gramática tradicional vincula a pontuação principalmente ao ritmo, à expressividade e a sintaxe, sem, no entanto, haver um critério definido. Nessa mistura de critérios, não há uma exposição sintática evidente, nem vinculação explícita das regras à estrutura sintática.

1.2 A vírgula segundo Bechara (2009) e Cunha & Cintra (2008)

Como apresentado na seção anterior, dentre os gramáticos recentes, vamos analisar as regras do uso de vírgula na ótica de Evanildo Bechara (2009) na *Moderna Gramática Portuguesa*, e de Celso Cunha & Lindley Cintra (2008) na *Gramática do Português contemporâneo*.

1.2.1 Evanildo Bechara (2009)

Bechara postula que a pontuação é “constituída de uns tantos sinais gráficos” (p.604) distribuídos em essencialmente separadores e sinais de comunicação ou mensagem. A vírgula é classificada como sinal essencialmente separador, admitindo, ainda, a subdivisão em sinal de pausa inconclusa.

Em relação à pontuação e o entendimento do texto, o autor diz que:

O enunciado não se constrói com um amontoado de palavras e orações. Elas se organizam segundo princípios gerais de dependência e independência sintática e semântica, recobertos por unidades melódicas e rítmicas que sedimentam estes princípios. Proferidas as palavras e orações sem tais aspectos melódicos e rítmicos, o enunciado estaria prejudicado na sua função comunicativa. Os sinais de pontuação, que já vêm sendo empregados desde muito tempo, procuram garantir no texto escrito esta solidariedade sintática e semântica. Por isso, uma pontuação errônea produz efeitos tão desastrosos à comunicação quanto o desconhecimento dessa solidariedade a que nos referimos. (p.606)

Em relação aos outros gramáticos apresentados, percebemos nessa proposta de Bechara uma perspectiva mais linguística, pois menciona a dependência entre termos. Relaciona a construção do enunciado a princípios gerais de dependência e independência sintática e semântica e aponta a função comunicativa da língua. Além disso, coloca a pontuação como responsável pela “solidariedade sintática e semântica” no texto, o que é um critério tanto quanto impreciso.

Dentre os efeitos desastrosos decorrentes do mau uso da vírgula, o autor apresenta alguns exemplos, como em (1) e (2), em que a retirada ou colocação da vírgula pode modificar a idéia da estrutura ou desfazer um mal entendido.

(1) Não podem atirar!

Não, podem atirar!

(2) Um fazendeiro tinha um bezerro e a mãe do fazendeiro era também o pai do bezerro.

Um fazendeiro tinha um bezerro e a mãe, do fazendeiro era também o pai do bezerro.

Em (1), a vírgula muda a negação do verbo para uma pausa. Em (2), o período sem vírgula diz que “a mãe do fazendeiro era o pai do bezerro” e o período com vírgula diz que “o fazendeiro possuía o bezerro e os pais desse bezerro”.

Tratando especificamente da vírgula, Bechara apresenta a lista de regras abaixo:

a) para separar termos coordenados, ainda quando ligados por conjunção (no caso de haver pausa):

"Sim, eu era esse garção bonito, airoso, abastado" [MA.1, 48].

- "Ah! brejeiro ! Contanto que não te deixes ficar aí inútil, obscuro, e triste" [MA.1, 93].

Observação: Na série de sujeitos seguidos imediatamente de verbo, o último sujeito da série não é separado do verbo por vírgula:

Carlos Gomes, Vítor Meireles, Pedro Américo, José de Alencar tinham-na começado [CL.1, I, 102].

b) para separar orações coordenadas aditivas ainda que sejam iniciadas pela conjunção e, proferidas com pausa:

"Gostava muito das nossas antigas dobras de ouro, e eu levava-lhe quantas podia obter" [CL.1, I, 53].

"No fim de meia hora, ninguém diria que ele não era o mais afortunado dos homens; conversava, chasqueava, e ria, e riam todos" [CL.1, I, 163].

c) para separar orações coordenadas alternativas (ou, quer, etc), quando proferidas com pausa:

Ele sairá daqui logo ou eu me desligarei do grupo.

Observação: Vigora essa norma quando ou exprimir retificação:

Teve duas fases a nossa paixão, ou ligação, ou qualquer outro nome, que eu de nome não curo [MA.1, 52].

Se denota equivalência, não se separa por vírgula o *ou* posto entre dois termos: Solteiro ou solitário se prende ao mesmo termo latino.

d) nas posições, exceto no especificativo:

"ora infiro de uma casa que ele meditava construir, para residência própria, casa de feitio moderno..." [MA.1, 238].

e) para separar, em geral, os pleonasmos e as repetições (quando não tem efeito superlativamente):

"Nunca, nunca, meu amor" [MA.1, 55].

f) para separar ou intercalar vocativos; nas cartas a pontuação é vária (em geral, vírgula), e na redação oficial usam-se dois pontos.

g) para separar as orações adjetivas de valor explicativo:

"perguntava a mim mesmo por que não seria melhor deputado e melhor marquês do que o Lobo Neves, - eu, que valia mais, muito mais do que ele, - ..." [MA.1, 137].

h) para separar, quase sempre, as orações adjetivas restritivas de certa extensão, principalmente quando os verbos de duas orações diferentes se juntam:

"No meio da confusão que produzira por toda a parte este acontecimento inesperado e cujo motivo e circunstâncias inteiramente se ignoravam, ninguém reparou nos dois cavaleiros ..." [A.H.1, 210].

Observação: Essa pontuação pode ocorrer ainda que separe por vírgula o sujeito expandido pela oração adjetiva:

Os que falam em matéria que não entendem, parecem fazer gala da sua própria ignorância [MM].

i) para separar as orações intercaladas:

"Não lhe posso dizer com certeza, respondi eu" [MA.1, 183].

j) para separar em geral adjuntos adverbiais que precedem o verbo e as orações adverbiais que vêm antes ou no meio da sua principal:

"Eu mesmo, até então, tinha-vos em má conta..." [MA.1, 183].

"Mas, como as pestanas eram rótulas, o olhar continuava o seu ofício..." [MA.1, 183].

k) para separar, nas datas, o nome do lugar:

Rio de Janeiro, 8 de agosto de 1961.

l) para separar as partículas e expressões de explicação, correção, continuação, conclusão, concessão:

"e, não obstante, havia certa lógica, certa dedução" [MA.1, 89].

Sairá amanhã, aliás, depois de amanhã.

m) para separar as conjunções e advérbios adversativos (porém, todavia, contudo, entretanto), principalmente quando pospostos:

"A proposta, porém, desdizia tanto das minhas sensações últimas..." [MA.1, 87].

n) para indicar, às vezes, a elipse do verbo:

Ele sai agora: eu, logo mais.

o) para assinalar a interrupção de um seguimento natural das idéias e se intercala um juízo de valor ou uma reflexão subsidiária.

p) para desfazer possível má interpretação resultante da distribuição irregular dos termos da oração, separa-se por vírgula a expressão deslocada:

De todas as revoluções, para o homem, a morte é a maior e a derradeira [MM]. (p. 609-610)

Bechara cita 16 regras para o emprego da vírgula e mantém a tradição gramatical de apresentar a pontuação como elo entre a oralidade e escrita. Apresenta vínculo da vírgula com a sintaxe, por exemplo o uso da vírgula com orações coordenadas. No entanto, o autor não vincula a estrutura da sentença como responsável por determinados usos ou não usos da vírgula.

Torna-se difícil para o estudante que se depara com a gramática de Bechara entender os contextos em que é colocado como regra que a vírgula é usada “para separar, em geral,...” ou “para separar, quase sempre,...”. A regra não fica clara, caindo novamente no problema postulado pelos clássicos que as regras são, por vezes, arbitrárias ou vagas.

Bechara faz uma observação sobre o sujeito expandido pela oração adjetiva, no item *h*, mas não apresenta esse tipo de sujeito quando trata do assunto em outro capítulo e não apresenta nenhum outro exemplo de sujeito separado por vírgula.

1.2.2 Celso Cunha & Lindley Cintra (2008)

Os autores apresentam que a pontuação é o recurso utilizado para “reconstituir aproximadamente o movimento vivo da elocução oral” (p.657) já que a língua escrita não possui os inúmeros recursos rítmicos e melódicos da língua falada.

Assim como Bechara (2009), os autores propõem dois agrupamentos para os sinais de pontuação: os que se destinam a marcar as pausas e os sinais cuja função é marcar a melodia e a entonação.

A vírgula é apresentada por Cunha & Cintra, em um tópico denominado *Sinais que marcam sobretudo a pausa*, como recurso que “marca pausa de pequena duração.

Emprega-se não só para separar elementos de uma oração, mas também orações de um só período.” (p.658).

Embora tratem a vírgula como elemento que indica pausa e melodia, os autores dividem o uso da vírgula em dois grupos com critérios sintáticos: no interior da oração e entre orações. Apresentamos abaixo as regras e exemplos da *Nova Gramática do Português contemporâneo*.

No interior da oração serve:

a) para separar elementos que exercem a mesma função sintática (sujeito composto, complementos, adjuntos), quando não vêm unidos pelas conjunções e, ou e nem.

A sua fronte, a sua boca, o seu riso, as suas lágrimas, enchem-lhe a voz de formas e de cores... (Teixeira de Pascoaes, OC, VII, 83.)

Observação: Quando as conjunções e, ou e nem vêm repetidas numa enumeração, costuma-se separar por VÍRGULA os elementos coordenados.

Abrem-se lírios, e jasmims, e rosas. (A. de Oliveira, P, U, 344.)

Vai o fero Itajuba perseguir-vos

Por água ou terra, ou campos, ou florestas;

Tremei!... (Gonçalves Dias, PCPE, 523.)

b) para separar elementos que exercem funções sintáticas diversas, geralmente com a finalidade de realçá-los. Em particular, a vírgula é usada:

- para isolar o aposto, ou qualquer elemento de valor meramente explicativo:

Alice, a menina, estava feliz. (F. Namora, TI, 30.)

A meu pai, com efeito, ninguém fazia falta. (O. Lara Resende, RG, 93.)

- para isolar o vocativo:

-Que idéias tétricas, minha senhora! (J. Paço d'Arcos, CVL, 366.)

- para isolar os elementos repetidos:

Contigo, contigo, Antônio Machado, fora bom passear. (C. Meireles, OP, 344.)

- para isolar o adjunto adverbial antecipado:

Lá fora, a chuvada despenhou-se por fim. (C. de Oliveira, AC, 17.)

À noite, às vezes, fazia baralho. (A. F. Schmidt, AP, 62.)

Observação: Quando os adjuntos adverbiais são de pequeno corpo (um advérbio, por exemplo), costuma-se dispensar a VÍRGULA. A VÍRGULA é, porém, de regra quando se pretende realçá-los. Comparem-se estes passos:

Depois levaram Ricardo para a casa da mãe Avelina. (J. Lins do Rego, U. 320.)

Depois, o engraçado são as passagens de nível, os aparelhos de sinalização, os vagões-cisternas... (A. Abelaira, D, 30.)

Depois, tudo caiu em silêncio. (Castro Soromenho, TM, 261.)

Emprega-se ainda a vírgula no interior da oração:

c) para separar, na datação de um escrito, o nome do lugar:

Paris, 22 de abril de 1983.

d) para indicar a supressão de uma palavra (geralmente o verbo) ou de um grupo de palavras:

No céu azul, dois fiapos de nuvens. (A. F. Schmidt, A P, 176.)

A tarde, de ouro pálido, e o mar, tranquilo como o céu. (G. Amado, TL, 33.)

Entre orações, emprega-se a vírgula:

a) para separar as orações coordenadas assindéticas:

Acendeu um cigarro, ciuzou as pernas, estalou as unhas, demorou o olhar em Mana Maria. (A. de Alcântara Machado, NP, 136.)

Pois eu caçava, visgava, alçapava. (Luandino Vieira, JV, 74.)

b) para separar as orações coordenadas sindéticas, salvo as introduzidas pela conjunção e:

- *Não me disseste, mas eu vi.* (A. Abelaira, QPN, 19.)

Não comas, que o tempo é chegado. (J. Saramago, MC, 356.)

Observações:

1) Separam-se geralmente por vírgula as orações coordenadas unidas pela conjunção e, quando tem sujeito diferente:

O sol já ia fraco, e a tarde era amena. (Graça Aranha, OC. 148.)

A mulher morreu, e cada um dos filhos procurou o seu destino. (F. Namora, T/, 23.)

Costuma-se também separar por vírgula as orações introduzidas por essa conjunção quando ela vem reiterada:

Comigo, o mundo canta, e cisma, e chora, e reza,

E sonha o que eu sonhar. (Teixeira de Pascoaes, OC, III, 27.)

2) Das CONJUNÇÕES ADVERSATIVAS, mas emprega-se sempre no começo da oração; porém, todavia, contudo, entretanto e no entanto, podem vir ora no início da oração, ora após um dos seus termos. No primeiro caso, põe-se uma VÍRGULA antes da conjunção; no segundo, vem ela isolada por vírgulas. Compare-se este período de Machado de Assis:

- *Vá aonde quiser, mas fique morando conosco.* (OC, I, 733.)

aos seguintes:

- *Vá aonde quiser, porém fique morando conosco.*

- *Vá aonde quiser, fique, porém, morando conosco.*

Ao último período, é mesmo a pontuação que melhor lhe convém: - *Vá aonde quiser, fique, porém, morando conosco.*

3) Quando CONJUNÇÃO CONCLUSIVA, pois vem sempre posposto a um termo da oração a que pertence e, portanto, isolado por VÍRGULAS:

Não pacteia com a ordem; é, pois, uma rebelde. (J. Ribeiro/PE, 95.)

As demais conjunções conclusivas (logo, portanto, por conseguinte, etc.) podem encabeçar a oração, ou pospor-se a um dos seus termos. À semelhança das adversativas, escrevem-se, conforme o caso, com uma vírgula anteposta, ou entre vírgulas.

c) para isolar as orações intercaladas:

- *Se o alienista tem razão, disse eu comigo, não haverá muito que lastimar o Quincas Borba.* (Machado de Assis, OC, I, 546.)

- *Amanhã mesmo vou encerrá-lo, assegurei, um tanto espantado com a facilidade com que assumia aquele compromisso.* (C. dos Anjos, DR, 356.)

d) para isolar as orações subordinadas adjetivas explicativas:

O Loas, que tinha relações sobrenaturais, diagnosticara um espírito. (F. Namora, TJ, 24.)

Eu, que tinha ido ensinar, agora me via diante de trinta examinadoras. (Genolino Amado, RP, 24.)

e) para separar as orações subordinadas adverbiais, principalmente quando antepostas à principal:

Quando se levantou, os seus olhos tinham uma fria determinação. (F. Namora, NM, 243.)

Se eu o tivesse amado, talvez o odiasse agora. (C. dos Anjos, M, 146.)

f) para separar as orações reduzidas de infinitivo, de gerúndio e de particípio, quando equivalentes a orações adverbiais:

A não ser isto, é uma paz regalada. (Castro Soromenho, C, 225.)

Sendo tantos os mortos, enterram-nos onde calha. (J. Saramago, MC, 221.)

Fatigado, ia dormir. (Lima Barreto, TFPQ, 279.) (p. XX)

Cunha & Cintra concluem suas explicações sobre a vírgula afirmando que os termos integrantes da oração não podem ser separados dos termos dos essenciais por vírgula. A justificativa dos autores é a de que tais termos se “ligam” sem pausa. Dizem, ainda, que há poucos casos em que o emprego da vírgula não corresponde a uma pausa real na fala, como, por exemplo, em respostas rápidas como *Sim, senhor! Não, senhor!*. Há uma contradição, pois os critérios desses autores não são claros.

Assim como Bechara, Cunha & Cintra apresentam uma lista de regras e algumas dessas regras também geram questionamentos. Por exemplo, em relação aos adjuntos adverbiais, os autores propõem que vírgula isola o adjunto antecipado, no entanto, isolar não é critério sintático. Outra regra que não apresenta critérios claros é a de que “adjuntos de pequeno corpo” (p.660) podem dispensar a vírgula. O que podemos entender por pequeno corpo? Não nos parece esse um critério coerente e aplicável com facilidade pelos estudantes. Observa-se novamente a falta de precisão vocabular.

Nas duas gramáticas, encontramos como regra que as orações subordinadas adjetivas explicativas aparecem entre vírgulas. Cunha & Cintra exemplificam, no capítulo de pontuação, que sua retirada causa mudança de sentido, como em (3), enquanto Bechara só apresenta essa mudança no capítulo anterior que trata das orações subordinadas adjetivas.

- (3) a. Os políticos, que são corruptos, devem ser punidos.
- b. Os políticos que são corruptos devem ser punidos.

No entanto, em nenhuma das duas gramáticas, tanto na parte de pontuação como de orações adjetivas, encontramos exemplos e explicação de casos em que não é possível se fazer uma restrição, sendo a vírgula obrigatória, como em (4).

- (4) a. A presidente do Brasil, que voltou de viagem ontem, falará sobre a Campanha Nacional do Desarmamento em uma coletiva de imprensa.
- b. A presidente do Brasil que voltou de viagem ontem falará sobre a Campanha Nacional do Desarmamento em uma coletiva de imprensa.

Como só há um presidente do Brasil, não é possível limitar o termo. Nessa oração só é possível usar ora sobre o presidente.

A proposta de Cunha & Cintra que pode separar por vírgula sujeito expandido pela oração adjetiva é arbitrária, pois o sujeito faz parte da estrutura argumental do verbo. Tal proposta abre espaço também para a separação de termos integrantes.

Um aspecto em que não há consenso entre Cunha & Cintra e Bechara é quando tratam das coordenadas sindéticas iniciadas pela conjunção e. Para Bechara, separam-se “orações coordenadas aditivas ainda que sejam iniciadas pela conjunção e”. Para Cunha & Cintra, separam-se as “coordenadas sindéticas, salvo as introduzidas pela conjunção e”, mas apresentam algumas exceções, como as orações com sujeitos diferentes. Bechara não apresenta essa última regra, porém, coloca como exemplo “No fim de meia hora, ninguém diria que ele não era o mais afortunado dos homens; conversava, chasqueava, e ria, e riam todos”(p.609).

Como dito, os autores aqui apresentados foram escolhidos por se tratarem de referências no estudo da Gramática Tradicional. No entanto, a GT não atende por expor o uso da vírgula apenas como uma convenção. Essa convenção prende os estudantes a um conjunto de regras que devem ser aplicadas, mas não é explícita e não se preocupa em situá-los, justificando os motivos extralinguísticos em cada caso. Como foi evidenciado na seção acima, há várias lacunas dessas obras em relação ao uso desse sinal. Isso porque, como se viu, os critérios não são claros.

1.3 A vírgula nos materiais didáticos

Além das gramáticas tradicionais, foram analisados dois livros didáticos, *Gramática reflexiva: texto, reflexão e uso*, de Willian Roberto Cereja & Thereza Cochar Magalhães (2008) e *Gramática da Língua Portuguesa*, de Roberto Melo Mesquita (2002). A gramática de Cereja & Magalhães é utilizada pelos alunos do terceiro ano que produziram os textos usados nessa pesquisa.

1.3.1 Gramática reflexiva: texto, reflexão e uso, de Willian Roberto Cereja & Thereza Cochar Magalhães (2008)


Os autores definem que “a pontuação marca na escrita as diferenças de entonação, contribuindo para tornar mais preciso o sentido que se quer dar ao texto” (p. 320). O capítulo referente à pontuação é colocado dentro da unidade destinada à sintaxe,

mas se inicia com o texto e a charge abaixo que traz a fala do personagem em caixa alta e negrito e um texto que explica brevemente que entonação, marca da fala, é expressada na escrita pela pontuação.

A entonação

Na fala, a frase é marcada pela entonação, isto é, pelo tom que o falante dá à voz para expressar sua intenção. Na escrita, os sinais de pontuação, indicando pausas, altura de voz, ênfase, etc., aproximam o texto escrito da fala. Observe que, se quisermos expressar a intenção do homem sentado, no cartum ao lado, devemos ler sua fala com um tom de voz mais alto e que revele uma chamada.

(Mário Dimov Mastrotti, org. *Isto é um absurdo!*. São Caetano do Sul: Virgo, 2004. p. 49.)



Ao tratar da vírgula, não fazem nenhum tipo de introdução, expondo diretamente as regras, apresentam que devemos usar a vírgula:

Entre os termos da oração:

- para separar termos que exercem a mesma função sintática -sujeito, complementos, adjuntos, predicativos-, quando não estão unidos por e, ou e nem: *Eu, meu irmão, meus primos e Pedro fomos ao cinema ontem.*
- para isolar o aposto: *O resto do material, pedra, tijolos, canos, cimento, será entregue à tarde.*
- para isolar o vocativo: *Anita, você quer ir ao cinema comigo hoje?*
- para isolar o adjunto adverbial, quando ele é extenso ou quando se quer destacá-lo: *No dia seguinte, ele saiu bem cedo para trabalhar.*
- para isolar expressões explicativas, como isto é, por exemplo, ou melhor, a saber, ou seja: *Combinamos que todos contribuirão com a campanha. Eu, por exemplo, doarei dez quilos de alimentos não perecíveis.*
- para isolar nomes de lugares nas datas: *Monte Verde, 5 de agosto de 2008.*

A vírgula entre as orações

Coordenadas

Emprega-se a vírgula para separar:

- as orações coordenadas assindéticas:

Levantava cedo, tomava seu café, colocava uma roupa bem folgada, saía para caminhar.

- as orações coordenadas sindéticas, exceto as introduzidas pela conjunção e: *O exercício é difícil, mas não desanime.*

Subordinadas substantivas

Somente as orações subordinadas substantivas apositivas podem ser separadas por vírgula (ou dois-pontos) da oração principal; as demais substantivas não: *Só lhe pedimos um favor, que não nos visitasse mais, pois estávamos magoados com ela.*

Subordinadas adjetivas

Somente as orações subordinadas adjetivas explicativas devem ser separadas por vírgula da oração principal; as restritivas não: *Curitiba, que é a capital do Paraná, apresenta boas soluções para o problema do transporte urbano.*

Subordinadas adverbiais

- Quando vêm após a oração principal, a vírgula é optativa: *Os torcedores começaram a algazarra, assim que os jogadores entraram em campo.*

- Quando vêm antepostas ou intercaladas à oração principal, é obrigatório o uso de vírgulas: a. *Assim que os jogadores entraram em campo, os torcedores começaram a algazarra.* b. *Os torcedores, assim que os jogadores entraram em campo, começaram a algazarra.*

- Quando são reduzidas de gerúndio, particípio e infinitivo, a vírgula é obrigatória: *Pensando desse jeito, jamais conseguiria o apoio de seus colegas de equipe.* (p. 320-323)

Alguns exemplos são apresentados em texto ou tirinha, mas os autores limitam-se a mostrar as frases isoladas, indicando a pontuação, sem considerar o contexto em que são colocadas. Os exercícios apresentados ao final do capítulo são divididos em três grupos: (a) exercícios de interpretação de texto, (b) uso da pontuação na construção do texto e (c) semântica e discurso. No primeiro grupo, há predominância de questões de interpretação que pouco se relacionam com pontuação, no segundo, não há exercícios sobre vírgula e, no terceiro grupo, há uma questão pedindo análise sobre o emprego da vírgula em frases em que há mudança de sentido, como “Não, espere” e “Não espere”.

Os exercícios e modo de apresentar o conteúdo retirado do texto nos mostram que, embora coloquem a vírgula dentro do estudo da sintaxe, os autores não deixam explícito o porquê dessas regras. Não explicitam as questões sintáticas envolvidas, como a relação entre sujeito, verbo e objeto. Limitam a pontuação a critério semântico e tentativa de reprodução da fala.

Cereja & Magalhães (2008) dividem o estudo da vírgula, assim como fizeram Cunha & Cintra (2008), em a vírgula entre os termos da oração e a vírgula entre as orações. Diferente dos outros gramáticos tradicionais, os autores do material didático, já no começo, apresentam como orientação básica que “nunca devemos separar o sujeito do verbo e o verbo de seus objetos com vírgula.”.

Algumas das incoerências encontradas nesse material didático são as seguintes: a) apresentam arbitrariamente a separação de um termo quando extenso, sem definir ou determinar o que seria um termo extenso; b) colocam como regra a separação do adjunto adverbial, ainda que não deslocado. Desse modo, deixam a entender que qualquer adjunto deve ser separado por vírgula. Na seção referente ao uso da vírgula entre as orações, há considerações a serem feitas em todas as regras apresentadas. Em primeiro lugar, os autores colocam a título de observação que as orações coordenadas sindéticas unidas pela conjunção e podem vir separadas por vírgulas quando têm sujeitos diferentes e quando a conjunção vem reiterada. Essa observação com o verbo “poder” deixa a regra imprecisa.

Em segundo lugar, ao mencionar o uso da vírgula em contexto de orações subordinadas substantivas, os autores não explicitam porque só as apositivas podem vir separadas por vírgula da oração principal. A falta de pontuação, neste caso, está relacionada à estrutura de constituintes. Estrutura essa que é a razão de muitos casos de pontuação e não é tratada no material didático.

Quanto às orações subordinadas adjetivas, encontramos o mesmo cenário de outras gramáticas, os autores mostram a mudança de sentido que a vírgula pode proporcionar, mas não apresentam os casos em que a oração adjetiva restritiva não é possível, sendo obrigatório o uso da vírgula.

Por fim, em relação às subordinadas adverbiais, é novamente apresentado que a vírgula pode ser usada para separar adjunto em qualquer posição, sem mencionar os casos de adjuntos deslocados. Ao tratar das orações reduzidas adverbiais, os autores colocam que, quando tais orações são reduzidas, a vírgula é obrigatória, mas como exemplo colocam um período em que a oração reduzida vem anteposta à principal, deixando novamente a regra sem efeito.

Sobre a estrutura de constituintes, os autores começam a análise sintática pela conceituação de sujeito e predicado: “Sujeito é o termo da oração que informa de quem ou de quem se fala; com o qual o verbo geralmente concorda. Predicado é o termo da oração que geralmente apresenta um verbo; está em concordância com o sujeito; contém

uma informação a respeito do sujeito.” (p.254). Tratam, então, a predicação como “o tipo de relação que o verbo mantém com o sujeito da oração.”(p.259).

Esse tipo de abordagem traz os problemas abordados por Duarte (2011), como a mistura de critérios sintáticos e semânticos, a confusão entre sujeito e tópico e visão segregada que os estudantes têm em relação aos constituintes da oração. Ensinar sintaxe a partir do predador verbal, como propõe a linguística, relaciona com mais facilidade os constituintes da oração e dá base para entender os casos de pontuação por motivação sintática, que, por muitas vezes, são tratados como mera convenção ou marcadores de pausa. No capítulo 2 será apresentada a proposta dessa autora.

1.3.2 *Gramática da língua portuguesa* - Roberto Melo Mesquita (2002)

Mesquita (2002) também apresenta a unidade sobre pontuação dentro da sintaxe e começa a unidade tratando da importância da vírgula dentro de um texto. Para tal, o autor faz uso de uma tirinha em que a retirada da vírgula muda a sentença de uma evocação, em (5), para um estado, em (6), e define pontuação como

Recursos gráficos próprios da linguagem escrita. Embora não consigam reproduzir toda a riqueza melódica da linguagem oral, eles estruturam os textos e procuram estabelecer as pausas e as entonações da fala.(p.471)

(5) Não quero morrer, virgem!

(6) Não quero morrer virgem!

Assim como Cereja & Magalhães (2008) e Cunha & Cintra (2008), Mesquita também divide o emprego da vírgula em dois grupos, a vírgula entre os termos da oração e a vírgula entre as orações e o período, apresentando sete regras para o primeiro grupo e cinco regras para o segundo, quais sejam:

Vírgula entre os termos da oração

A vírgula é empregada para:

Separar o vocativo.

“— *Um peixinho aí, compadre?*” (Dalton Trevisan)

“— *Por que você bebe, Papa-Isca?*” (Dalton Trevisan)

Separar o aposto (com exceção do especificativo).

"Depois foi a Lica, irmã caçula, que ficou noiva." (Guimarães Rosa)

Separar adjuntos adverbiais que aparecem no início ou no meio de orações.

"— *Você, certamente, já tem candidato.*" (Fernando Sabino)

"*Sem pressa, aparta-se dos companheiros cochilando à margem.*" (Dalton Trevisan)

Separar os termos de uma enumeração, quando têm idêntica função sintática.

"*Eles que suportam o delírio, a peste, o fel na língua, o mormaço, as câimbras de sangue (...)*" (Dalton Trevisan)

"*Passem-se dias, horas, meses, anos (...)*" (Vinícius de Moraes)

Se, antes do último termo, houver conjunção aditiva, a vírgula será omitida. Veja: "*Tirou de um fundo falso os cavaletes, os círios e outras tranqueiras de velório*" (Domingos Pellegrini)

"*Búfalos negros, curvos e mansos,*

— *oh, movimentos seculares!* —

odores de leite, sonho e silêncio" (Cecília Meireles)

Separar nomes de lugar nas datas e nos endereços.

ltu , 25 de dezembro de 1991.

Rua Maranduba, 298.

Indicar a elipse, isto é, a omissão de um termo da oração; ou zeugma, isto é, omissão de termo já expresso.

"*Uma flor, o Quincas Borba.*" (Machado de Assis)

"*Poeta sou; pai , pouco; irmão, mais.*" (Manuel Bandeira)

Isolar palavras ou expressões explicativas ou conclusivas, tais como, por exemplo, isto é, digo, assim, com efeito.

"*Finda a saudação cortês, o cavalo calou-se, isto é, recolheu o movimento do rabo.*" (Carlos Drummond de Andrade)

Vírgula entre as orações do período

Emprega-se a vírgula para:

Separar orações independentes, isto é, orações coordenadas assindéticas.

"O vencedor descasca o ingá, chupa de olho guloso a fava adocicada."
(Dalton Trevisan)

"Eugênio Delamare enfiou a mão no bolso, tirou um talão de cheques, apoiou-o na coxa e preencheu um cheque." (Rubem Fonseca)

Separar orações coordenadas sindéticas, exceto quando iniciadas pela conjunção aditiva e.

"Não sei bem por onde se encontra , mas está sempre em toda parte."
(Cecília Meireles)

"Canta , que a cavalgada leva seu destino." (Cecília Meireles)

Importante: Há duas situações em que antes da conjunção e deve-se usar a vírgula:

- Quando essa conjunção aparece repetida várias vezes no período, assumindo valor enfático. Veja: "E zumbia, e voava, e voava ,e zumbia."
(Machado de Assis) "E suspira , e geme , e sofre e sua." (Olavo Bilau)

- Quando as orações coordenadas sindéticas possuem sujeitos distintos.
"Nós Almoçávamos em sua casa, e eu tinha acabado de comer uma salada imensa." (Otto Lara Resende)

"Ninguém dizia nada, e todos esperavam." (Fernando Sabino)

Separar orações subordinadas adjetivas explicativas.

"Deus, que é Pai de todos, sabia da luta que ela tivera." (Adonias Filho)

Separar orações subordinadas adverbiais, principalmente quando estão antepostas oração principal.

"Puxando os pés de paquiderme, afasta-se entre adeuses em voz baixa."
(Dalton Trevisan)

"Vozes e passos a enervavam, mesmo que sé ela os pudesse ouvir." (Otto Lara Resende)

Separar orações intercaladas ou interferentes.

"É bem feiozinho benza-o Deus, o tal teu amigo!" (Aluísio Azevedo)

"Desta vez, disse ele, vais para a Europa." (Machado de Assis)

Preste atenção agora nos casos em que não se emprega vírgula:

Entre o sujeito e o predicado.

"As senhoras do carro moravam em Matacavalos." (Machado de Assis)

Entre a oração principal e a subordinada substantiva, bem como entre a oração principal e a adjetiva restritiva.

"Não creio / que escrevessem por cima do muro do jardim." (Eça de Queirós)

Nos períodos compostos, não se emprega vírgula entre a oração principal e a subordinada adverbial posposta; oração principal e subordinada substantiva; e oração principal e subordinada adverbial restritiva.

Observação: Se a oração subordinada substantiva vier antes da principal, usa-se vírgula para separá-las. Veja:

Que ele é um boçal, eu já percebera.

Que faremos destes jornais tão envelhecido, eu nem tenho idéia.

Entre termos diretamente relacionados.

- verbo e seus complementos;
- nome (substantivo, adjetivo, advérbio) e o complemento nominal;
- substantivo e adjuntos adnominais. 'A única pessoa que ainda não rendeu homenagem em à máquina é o vigário.' (José J. Veiga)

"A porta da igreja estava repleta de miseráveis e loucos". (Ana Miranda)

Em relação ao adjunto deslocado, o autor menciona que, em textos contemporâneos, nem sempre a regra do deslocado é seguida, principalmente em

adjuntos de pequena extensão. Diferentemente de Bechara (2009), que apresenta a pequena extensão como justificativa para o não uso da vírgula, e não como exceção. (p. 473 -475)

O autor também se preocupa em explicar quando não se usa vírgula, no entanto, em nenhum momento apresenta a motivação sintática como critério ou a estrutura da sentença como responsável pela proibição da vírgula entre sujeito e predicado, oração principal e substantiva e termos diretamente relacionados, como verbo e objeto, nome e complemento, substantivo e adjuntos. Os exercícios propostos pelo autor se assemelham aos de Cereja & Magalhães, mas, no final do capítulo, apresenta alguns itens de vestibular, que exploram mais questões relativas à pontuação.

O que se pode atestar diante da análise de materiais didáticos foi que esses dão continuidade à tradição da gramática tradicional de tratar a pontuação como elo entre oralidade e texto escrito. Embora apresentem a vírgula pela perspectiva sintática, não explicam a relação entre os termos da oração.

1.4 Considerações sobre o capítulo

Após fazer a revisão bibliográfica sob as normas de uso da vírgula em várias obras de caráter prescritivo, percebemos que, na maioria dessas obras, mantêm-se os problemas conceituais de tratar a vírgula como elemento de pausa, transposição da oralidade para a escrita ou elemento de realce. Em relação aos materiais didáticos, observou-se que as duas obras analisadas seguem a forma de apresentar o uso da vírgula presente nas gramáticas tradicionais, ou seja, não há inovações no tratamento dado a esse sinal de pontuação.

Capítulo 2 – Estrutura de constituintes: implicações para o ensino da vírgula

2.0 Nota introdutória

As violações mais frequentes quanto ao não uso ou uso indevido da vírgula apontam que a maior dificuldade dos alunos/candidatos está em reconhecer a estrutura da sentença. Este capítulo apresenta como alguns linguistas compreendem a estrutura da sentença e como o estudo dessa estrutura favorece o ensino da pontuação. Para tanto, apresenta-se na seção 2.1 a proposta de Maria Eugênia Duarte (2010) para o ensino dos termos da oração nas escolas, na seção 2.2, um estudo sobre predicadores verbais sob ótica de Inês Duarte e Ana Maria Brito (2003) e na seção 2.3 são feitas algumas considerações sobre o capítulo.

2.1 Duarte (2011)

Ao tratar dos termos da oração, Duarte (2011) apresenta as dificuldades de caráter estrutural e conceitual que encontram os que buscam entender os termos da oração com base nas gramáticas tradicionais. Segundo a autora, a distribuição dos termos em essenciais, integrantes e acessórios não contribui para a visão das relações entre os constituintes da oração. Além disso, as definições que as gramáticas tradicionais (GT) trazem misturam critérios sintáticos e semânticos, gerando uma dificuldade de ordem conceitual.

Por exemplo, o conceito de sujeito é apresentado nas GTs como “o ser sobre o qual se fala alguma coisa” e o predicado como “tudo aquilo que se diz do sujeito”, mas, além de existir a oração sem sujeito, uma breve investigação sobre o uso da língua, revela que essas definições só tem sentido quando perguntamos sobre os termos, como, por exemplo, “Cadê o João?” e responde-se “O João emigrou para Portugal.”.

Essas definições, na verdade, são a conceituação de tópico e comentário, que podem coincidir ou não com o sujeito e o predicado, como nos exemplos em (1) e (2) respectivamente:

- (1) A minha amiga Maria nunca foi ao jôquei pra ver uma corrida de cavalo.
- (2) Corrida de cavalo, eu nunca fui ao jôquei clube.

Duarte faz uma crítica à metodologia das gramáticas em sempre começar a análise sintática pelo sujeito sugerindo que

Quando se tem como propósito descrever e entender a estrutura da oração, é mais razoável olhar para o elemento nuclear que dá origem à oração, o ‘predicador’, e tratar o ‘sujeito’ como um entre os vários termos articulados com esse predicador. (p.186)

A autora apresenta uma reflexão sobre os termos da oração, levando em conta os níveis da hierarquia sintática, do mais amplo para o mais restrito, observando como esses elementos se organizam e se articulam e procura interpretar o que está por trás das classificações tradicionais, reconhecendo o quanto elas contribuíram, apesar de todas as críticas, para os estudos atuais sobre a sintaxe da língua.

Segundo a autora, diferentemente do que ocorre nas análises tradicionais, devemos começar a análise pelos predicadores, pois neles se encontram os elementos que projetam os constituintes centrais da oração, incluindo o sujeito. As orações são formadas a partir da seleção semântica dos predicadores. Os predicadores verbais podem projetar as seguintes estruturas:

- (3) estruturas com 3 argumentos: a. Ele deu o dinheiro aos pobres.
 - b. Eu dividi o pão com os pobres.
 - c. Eu levei as crianças ao colégio.
- (4) estrutura com 2 argumentos: Ele matou o pássaro.
- (5) estrutura com 1 argumento: As crianças pulam.
- (6) estrutura sem argumento: __ Choveu.

A estrutura representada em (3a) apresenta: a) um argumento externo, o sujeito gramatical ele, que é regido pelo verbo, recebe caso Nominativo, tem o papel semântico de agente, mas pode ter outros, como o de experienciador de uma ação, o de paciente; b) dois argumentos internos ou complementos, sendo que o primeiro argumento interno é o termo classificado como objeto direto, um termo não regido de preposição que recebe do verbo caso Acusativo, tem o papel semântico de paciente ou tema e pode ser substituído pelo pronome oblíquo (ou clítico acusativo) *o(s)*, *a(s)*, como “ele deu-o / o deu aos pobres.” O segundo argumento interno é regido por preposição, chamado na GT de objeto indireto, tem papel semântico de beneficiário, alvo ou fonte de uma ação, tem

geralmente o traço semântico [+animado] e pode ser substituído na escrita padrão pelo pronome oblíquo *lhe* “ele deu-lhes / lhes deu o dinheiro.”

Em (3b), o segundo argumento interno, embora sempre regido de preposição, tem características sintáticas e semânticas diferentes das do objeto indireto: não pode ser substituído pelo clítico *lhe*, não tem o papel semântico de beneficiário, alvo ou fonte e não tem necessariamente o traço [+animado]. A GT, com base na Nomenclatura Gramatical Brasileira (NGB), classifica-o igualmente como objeto indireto. Rocha Lima (1972), entretanto, distingue essa função, classificando o segundo argumento interno da estrutura como “complemento relativo”.

(3b) *Eu dividi-lhes o pão / Eu dividi o pão com eles.

Em (3c), o segundo argumento interno é um circunstancial, incluído pelas gramáticas tradicionais que adotam a NGB entre os adjuntos adverbiais, isto é, um termo acessório. Vemos, entretanto, que *ao colégio* em (3c), não é um adjunto, mas um dos complementos selecionados por *levar*. Rocha Lima, classifica-o coerentemente como “complemento circunstancial”:

(3c) Eu levei as crianças ao colégio / Eu levei as crianças lá.

Os predicadores verbais podem projetar estruturas com até três argumentos. O argumento externo, à esquerda, e dois internos, à direita. A proposta da NGB limita esses dois argumentos internos a um objeto direto e um indireto, mas essa simplificação, além de desconsiderar o estatuto argumental (selecionado pelo verbo) do complemento circunstancial, perde em alcance explanatório quando deixa de distinguir o objeto indireto (dativo) do complemento relativo. Uma sentença como:

(7) Eu agradeço [aos ouvintes] [por sua atenção].

ficaria sem análise possível com o quadro limitado da NGB, pois teríamos dois objetos indiretos. Na análise de Rocha Lima, o que torna a sentença gramatical em português é a possibilidade de termos um objeto indireto (*aos ouvintes=lhes*) e um complemento relativo (*por sua atenção*), sem a necessidade de lançar mão do artifício de dizer que, para analisá-la, teríamos que transformá-la em “Eu agradeço aos ouvintes a sua

atenção”, eliminando a preposição do complemento relativo e transformando-o num objeto direto (“agradeço alguma coisa a alguém”).

Para Duarte, os adjuntos adverbiais não devem ser vistos como termos acessórios, pois, para que se compreenda tudo o que o usuário quer comunicar, nada é dispensável numa oração. Na sentença (8), os termos entre colchetes são adjuntos e fariam falta para a comunicação. Essa proposta é ruim por misturar critérios sintáticos e semânticos. O adjunto é sintático e assim deve ser tratado.

(8) [Ontem], [no centro da cidade], ele deu o dinheiro aos pobres [por causa de uma promessa].

Os adjuntos adnominais, apostos e complementos nominais podem aparecer na estrutura interna dos termos acima mencionados e não devem ser separados num primeiro recorte da estrutura sentencial. Antes, devem permanecer num nível hierárquico inferior ao dos sintagmas maiores que os contêm.

Temos em (9) uma estrutura projetada pelo predicador de dois lugares sobreviveu: alguém (ou alguma coisa) sobreviveu a alguém (ou alguma coisa).

(9) O mito da era Kennedy, do domínio encantado de um rei guerreiro e sábio, bonito e justo sobreviveu a todas as revisões de uma presidência discutível. (Veríssimo, O Globo, 21.07.99)

Pode-se dizer que, dentro dos constituintes maiores da oração, é possível encontrar outros elementos articulados com o substantivo (os adjuntos adnominais, o aposto e o complemento nominal) e com o adjetivo (o complemento nominal). Mas, só se deve trabalhar, num primeiro recorte, com o(s) predicador(es) verbais, seus argumentos e os eventuais adjuntos adverbiais.

Sobre essa arquitetura da oração é importante ressaltar que as palavras se organizam em sintagmas e esses, em orações. Estabelecem-se entre esses constituintes relações de concordância, de regência e de ordem. A GT deveria tratar da ordenação dos elementos dentro do sintagma e desses na oração e dessas no período.

Propondo por que e como ensinar, Duarte (2011) aborda que

O trabalho com os termos da oração em sala de aula não deveria, em princípio, limitar-se à sua mera identificação, sob pena de se tornar enfadonho e sem finalidade. Reconhecer e identificar os constituintes da sentença é importante para que o aluno entenda, por exemplo, a concordância entre verbo e argumento externo e, sobretudo, por que existe dificuldade maior em realizar tal concordância quando o “sujeito” sintático se comporta como um argumento interno, estrutura típica dos verbos inacusativos (“chegaram as encomendas”).

Reconhecer e identificar os constituintes da sentença é ainda importante para a boa utilização dos sinais de pontuação: o aluno entenderá melhor, por exemplo, que a vírgula não deve ser usada entre o predicador e seus “argumentos”, a menos que ocorra um “adjunto” interveniente ou que a ordem canônica desses argumentos seja mudada. Enfim, cabe ao professor levar o aluno a produzir sentenças a partir de predicadores verbais e nominais e torná-lo capaz de identificar os padrões sentenciais de sua língua, que todo falante domina sem esforço e que o estudante tem a chance de conhecer e analisar. Afinal, o conhecimento de como funciona a própria língua é, tal como o conhecimento de história, geografia, matemática, física, química, uma das habilidades que a escola deve desenvolver no aluno. (p. 201, grifos meus)

O trabalho de Duarte (2011) traz como ponto positivo o diálogo entre a linguística e o ensino de língua. Ela se propõe a apontar as dificuldades encontradas pelos que buscam entender a estrutura da oração com base nas gramáticas tradicionais e o faz com diversos exemplos e análises comparativas entre a abordagem da GT e da linguística. Propõe ainda uma mudança de método de ensino, começando pelo predicador. Segundo Duarte (2011), no ensino tradicional usa-se ensinar primeiro sujeito, seguido do predicador e os adjuntos enquanto a linguística considera o caráter intuitivo da língua e começa o estudo pelo predicador, seguido do sujeito e adjuntos.

2.2 Duarte e Brito (2003)

Duarte e Brito (2003) apresentam a produção e a compreensão de enunciados como responsáveis pela comunicação e interação verbal. Os enunciados podem formar frase simples e complexas e categorias não frásicas, como nos exemplos das autoras (p.181), renumerados como (10) e (11), a seguir.

(10) a. O Lobo perseguiu os três porquinhos.

b. Os três porquinhos fugiram para a casa de tijolo, que era a mais sólida das três.

(11) a. Bom-dia!

b. Santinho!

Ainda que em certas frases não haja valor de verdade, não constituindo proposições, em todas se estabelecem relações entre os elementos. “Em todas as frases há, de um ou de outro modo, relações de predicação” (p.182):

Predicar é, pois, atribuir propriedades a entidades ou estabelecer relações entre entidades. Assim, tanto predicamos quando atribuímos a propriedade de "ser inteligente" a um indivíduo de nome "João" (O João é inteligente) como quando dizemos O João escreveu um artigo, caso em que estabelecemos uma relação entre "escrever" e "um artigo" ou entre "o João" e "um artigo" através de "escrever".(p.182)

A predicação abrange não só a relação entre o que tradicionalmente se designa "sujeito" e "predicado", mas também a relação que se estabelece entre um núcleo lexical, como um verbo, e os seus argumentos.

A palavra predicado é ambígua, podendo representar o predicado sintático, o que existe em função do sujeito, como *O menino atirou a bola*, e também pode ser utilizado para “referir a noção semântica de predicado, predicador ou palavra predicativa, recobrando neste caso toda e qualquer palavra que tenha argumentos, lugares vazios ou valência própria” (p.183).

Os verbos são as palavras predicativas por excelência, mas há outras palavras que também possuem estrutura argumental. São essas as palavras a cujo significado é possível associar argumentos próprios, como *destruição* e *fiel*. É preciso então destacar diferença entre argumentos e adjuntos. Os adjuntos são “unidades que fazem parte da interpretação situacional” (p.184), como em (12), enquanto os argumentos devem estar sintaticamente realizados, (13):

(12) [Os atletas] desembarcaram [em Lisboa] ontem à noite.

(13) [Os atletas] treinaram ontem à noite.

Os argumentos por defeito e os argumentos sombra não são de realização sintática obrigatória. Os argumentos por defeito “designam argumentos que participam na descrição do significado da palavra predicativa” enquanto os argumentos sombra “estão semanticamente incorporados na palavra predicativa, mas podem aparecer autonomizados.” (p.184).

(14) O arquiteto construiu a marquise com tijolos de vidro. (por defeito)

(15) A vítima chorou lágrimas de raiva. (sombra)

As autoras atêm-se à estrutura argumental dos verbos, privilegiando os verdadeiros argumentos. O primeiro aspecto a ser observado é quantos argumentos um verbo exige.

Como é sabido, exigem verbos com zero argumentos (9), verbos com um argumento (também designados predicados unários), verbos com dois argumentos (também denominados predicados binários), e verbos com três argumentos (também chamados predicados ternários). Os exemplos (9) ilustram frases com verbos de zero, um, dois e três argumentos, respectivamente:

(9) (a) Hoje amanheceu às 5h43m.

(b) [A Maria] gritou, porque teve um pesadelo.

(c) [O Boavista] venceu [o campeonato] em 2001.

(d) [O Pedro] emprestou [os apontamentos de Física] [ao João]. (p.185)

Quando uma frase não respeita a estrutura argumental do seu predicador, é agramatical, como em **[A Maria] amanheceu às 5h43*. Outro aspecto que causa agramaticalidade é quando as propriedades de seleção categorial não são respeitadas. A seleção categorial é a realização categorial que o verbo especifica para cada um dos seus argumentos, como em (16).

(16) a.[SN O João] acredita [SP em fantasmas].

b.*[SN O João] acredita [SP fantasmas].

O terceiro aspecto a considerar ao caracterizar a estrutura argumental de uma palavra predicativa é o papel temático ou semântico que cada argumento selecionado tem. Quando as propriedades de seleção semântica do verbo não são respeitadas também há agramaticalidade (17). Os três aspectos, número de argumentos, seleção categorial e papel temático devem ser respeitados ao mesmo tempo.

(17) a.[SN A trovoada] assustou [SN as crianças].

b.*[SN A trovoada] assustou [SN o telhado].

O contraste de agramaticalidade dá-se pelo fato de o verbo *assustar* exigir um argumento com papel temático de experienciador. A lista mínima de papéis temáticos inclui os papéis de agente, fonte, experienciador, locativo, alvo e tema.

2.3 Considerações sobre o capítulo

Como se pode ver no capítulo 1, na revisão sobre como a Gramática Tradicional e os materiais didáticos apresentam as regras do uso de vírgula, questões relacionadas à estrutura argumental não são apresentadas. Tal modo de trabalho prejudica também o estudo da pontuação, pois, além de desconsiderar a estrutura dos sinais gráficos no ensino das regras de pontuação, não mostra porque não pode haver separação de determinados constituintes por vírgula, como entre o verbo e seus argumentos.

A proposta da linguística de começar o estudo da sintaxe da oração a partir do verbo (do predicador) e, não, do sujeito, como é feito nas escolas e na tradição gramatical, define a relação entre os termos da oração. Percebe-se que os alunos quase nunca separam verbo e objeto, o que pode ser atribuído à forma como eles aprenderam a dependência existente entre esses termos. Se as gramáticas e materiais didáticos trabalhassem a estrutura argumental do verbo, talvez houvesse menos separação de sujeito e verbo, por exemplo.

Capítulo 3 – Uso da vírgula em produções escritas

3.0 Nota introdutória

Para essa pesquisa foram analisadas 60 redações de vestibular e de alunos que cursam o 3º ano do ensino médio. Foram escolhidas redações de vestibular por se tratarem de redações feitas em um contexto monitorado, no qual os alunos tentam aplicar de modo correto as convenções gramaticais aprendidas ao longo do ensino básico. Dentre os textos disponíveis, foram retiradas 30 redações de cada grupo, redações de vestibular e de alunos, de modo aleatório, sem considerar nota ou correção e sem escolha prévia de material.

Por as redações de vestibular se tratarem de textos de 1995, surgiu a necessidade de analisar textos mais recentes e foi feita também a análise dos textos de alunos que cursam o 3º ano do ensino médio em 2013, em escola particular no Distrito Federal, com idade escolar entre 16 e 18 anos. O resultado encontrado foi bastante semelhante, o que me levou a manter as duas bases de dados para esta pesquisa e tratar inicialmente como um conjunto só.

Os textos de vestibular foram cedidos pela banca ao Departamento de Linguística, Português e Línguas Clássicas da UnB e os textos de 3º ano foram recolhidos em sala de aula como dever de casa a ser avaliado. Depois de coletados os textos, foi feita a correção focando na pontuação, especificamente na vírgula. Não serão apresentadas outras inadequações encontradas nas produções.

Para identificação dos contextos de uso correto ou incorreto da vírgula, foram usadas como base as orientações de Evanildo Bechara (2009) em *Moderna Gramática Portuguesa* e Celso Cunha & Lindley Cintra (2008) em *Gramática do Português contemporâneo*.

3.1 Os dados

Dentre os 60 textos analisados, apenas 3 não apresentaram nenhum caso de inadequação em relação ao uso da vírgula. Nos outros 57 textos, há 84 violações à convenção gramatical do uso de vírgula e 62 violações por uso indevido da vírgula.

As violações foram divididas em dois grupos: a. violação por uso inadequado da vírgula e b. violação por não uso da vírgula. Nos dois grupos, há subgrupos por tipo de inadequações. Em 9 tipos de inadequações, a violação da regra ocorreu porque o sinal deveria ter sido usado e não foi - contexto apontado pela GT como de uso obrigatório - e em 11 casos, a pontuação foi usada erroneamente já que não deveria ocorrer, como pode ser visto na tabela 1.

Não uso de vírgula – Corpus			
Não uso da vírgula com		Quantidade	%
1	Conjunção	26	31,0
2	Adjunto adverbial deslocado	19	22,6
3	Oração subordinada adverbial deslocada	18	21,4
4	Expressão explicativa/conclusiva	6	7,1
5	Aposto	4	4,8
6	Oração reduzida	4	4,8
7	Uso de ponto no lugar de vírgula	3	3,6
8	Oração subordinada adjetiva explicativa	3	3,6
9	Termos coordenados	1	1,2
Total		84	100,0
Uso indevido da vírgula – Corpus			
Uso indevido da vírgula		Quantidade	%
1	Entre sujeito e verbo	28	45,2
2	Vírgula no lugar de ponto	13	21,0
3	Oração subordinada adverbial não deslocada	7	11,3
4	Conjunção	5	8,1
5	Entre termos integrantes	3	4,8
6	Locução verbal (verbos separados)	1	1,6
7	Adjunto adnominal	1	1,6
8	Adjunto adverbial não deslocado	1	1,6
9	Vírgula substituindo 'e'	1	1,6
10	Oração coordenada aditiva	1	1,6
11	Oração subordinada substantiva subjetiva	1	1,6
Total		62	100,0

Tabela 1: Violações quanto ao uso de vírgula

Como se pode observar, ao analisar a tabela 1, foi verificado maior quantidade de inadequações pelo não uso de vírgula, 84 casos no total de não uso *versus* 62 casos no total dos contextos de uso indevido. No entanto, há mais casos/tipologias de violação à convenção/regra gramatical por uso indevido e o caso com maior recorrência foi o uso indevido de vírgula separando sujeito e predicado. Isso quer dizer que,

quantitativamente, os alunos erram mais por não usar a vírgula, mas quando a usam erroneamente o fazem em mais casos.

Dentre as violações à convenção gramatical por não uso de vírgula, o caso mais recorrente foi o não uso com determinadas conjunções, representando 31% do total, seguido do não uso com adjunto adverbial deslocado (22,6%) e oração subordinada adverbial deslocada (21,4%). Os exemplos² abaixo ilustram essas situações, não uso com conjunção (1) e (2), não uso com adjunto adverbial deslocado (3) e (4) e não uso em oração subordinada adverbial deslocada (5) e (6). As partes consideradas incorreções foram sublinhadas para melhor visualização:

- (1) Pode ser mas é difícil compará-la. (Vestibular)
- (2) Portanto a arte está contida nos fatos políticos, econômicos, sociais e culturais de uma sociedade. (Vestibular)
- (3) Hoje nas universidades os trotes estão passando dos limites e até se tornando um crime pois o que era uma brincadeira agora tornou-se um ato penoso que desrespeita à honra, a integridade das pessoas recém chegadas. (Ensino Médio)
- (4) Até determinada época essas brincadeiras eram inofensivas e descontraídas, apenas com o intuito de fazer com que haja interação entre calouros e veteranos; mas essa situação mudou. (Ensino Médio)
- (5) Quando os romanos dominaram os gregos pela força das armas a história deu seu exemplo, mostrando que o povo pode vencer o outro pela força, mas que a força da arte sempre carregará as estruturas política e social de qualquer coletividade, trazendo assim a certeza de uma arma muito mais poderosa. (Vestibular)
- (6) As universidades tem tido muito dificuldade em conter esses alunos que já são veteranos e que conseguem ter um domínio sobre os novatos que por terem medo de perseguições futuras aceitam essas brincadeiras. (Ensino Médio)

Esses três casos, não uso da vírgula com determinadas conjunções, com adjunto adverbial deslocado e com oração subordinada adverbial deslocada, foram mais

² Os exemplos dessa pesquisa são transcrições idênticas à escrita dos alunos.

recorrentes nas redações de alunos de 3º ano e de vestibular, no entanto, houve uma redução do número de casos/tipologia de violação nas redações de 3º ano e aumento na quantidade de violações, como pode ser visto nos gráficos 1 e 2.

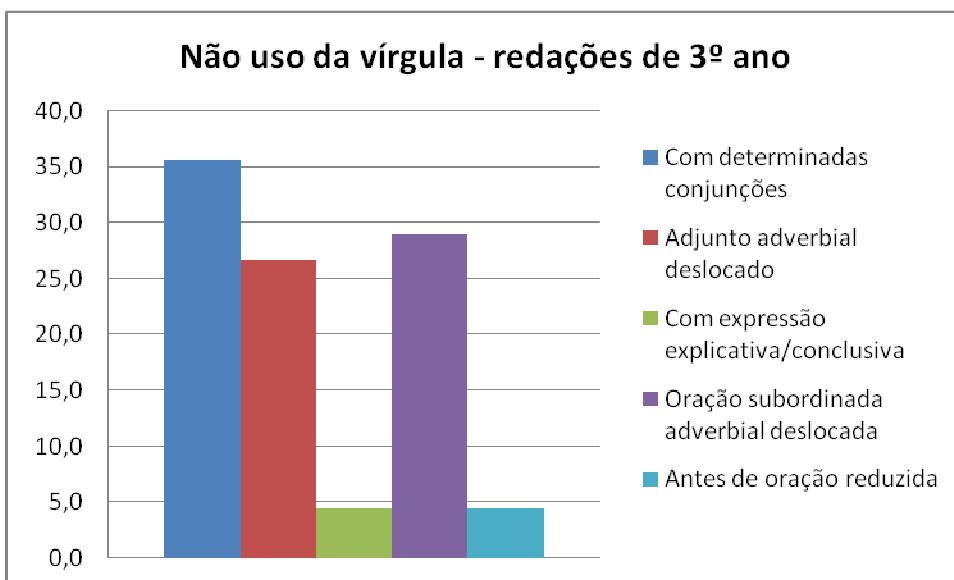


Gráfico 1: Não uso de vírgula – redações de 3º ano

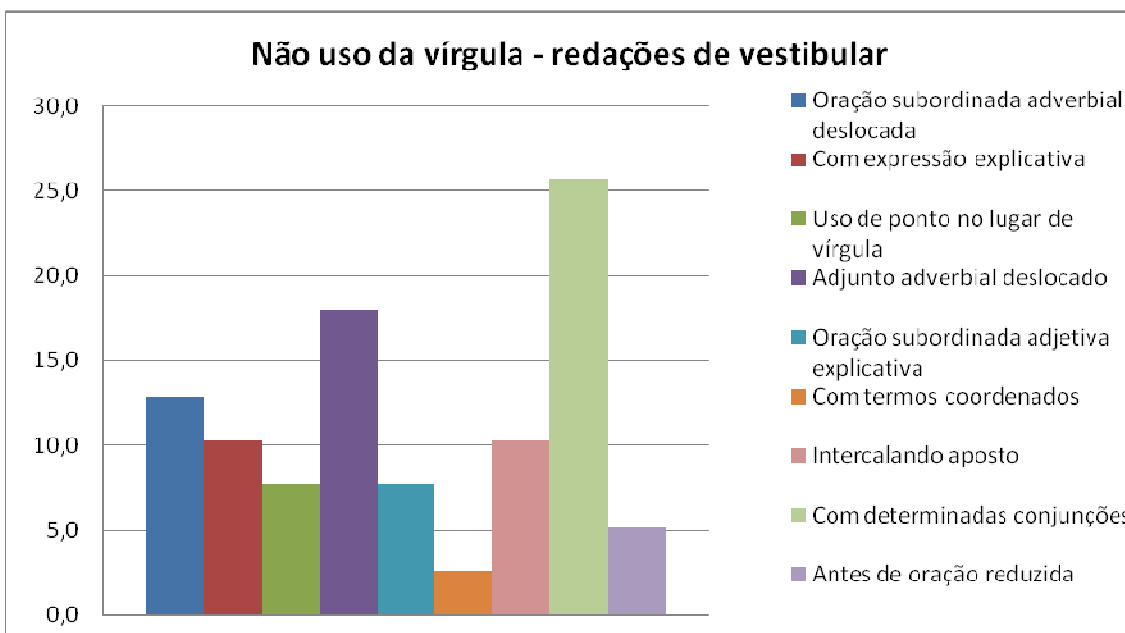


Gráfico 2: Não uso de vírgula – redações de vestibular

Quanto ao uso indevido da vírgula, a separação de sujeito e predicado foi o caso mais recorrente tanto nas redações de alunos de 3º ano quanto nas de alunos do vestibular. A diferença entre a quantidade de inadequações entre os dois conjuntos de

textos não é tão grande, como pode ser visto nos gráficos 3 e 4. O que destoa é a recorrência quando comparada com os demais casos. O segundo mais recorrente foi o uso inadequado da vírgula quando deveria ser utilizado ponto final, com 13 usos, seguido do uso da vírgula com orações subordinadas adverbiais, como exemplificado de (7) a (10) e ilustrado nos gráficos 3 e 4.

- (7) Os trotes que pegam mais pesado e até forçam as pessoas que não querem participar a participarem, podem ser considerados como crime dependendo da gravidade. (Ensino médio)
- (8) A ponte de ligação entre esses setores, está na arte dos pequenos ou grandes detalhes, gestos, acontecimentos. (Vestibular)
- (9) Os trotes são brincadeiras feitas pelos universitários com os calouros para seu começo na universidade, (.) essas brincadeiras buscam a interação entre os estudantes. (Ensino médio)
- (10) Precisamos de um líder sério, para que possamos, fazer desse fato uma arte, com dignidade, companheirismo, luta (...) (Vestibular)

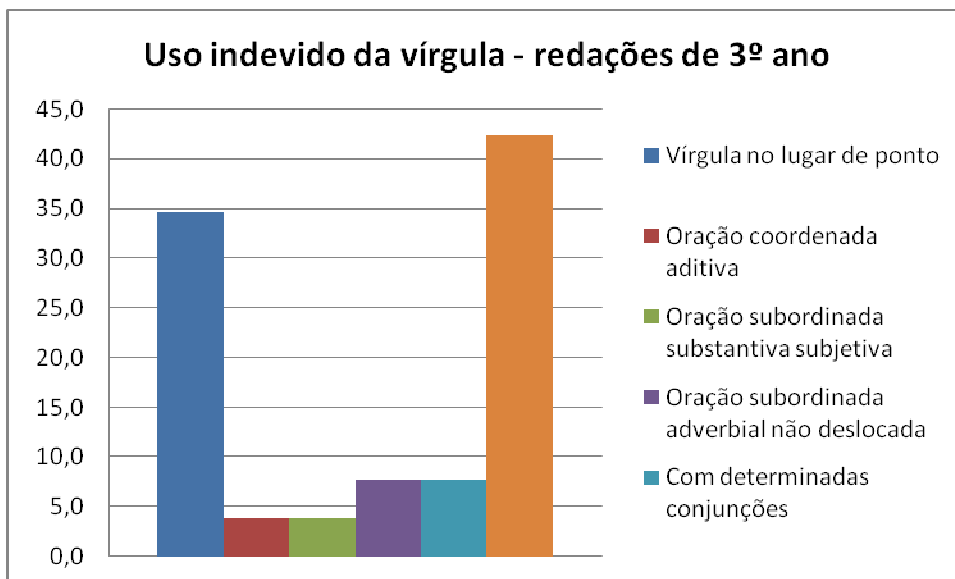


Gráfico 3: Uso indevido da vírgula – redações de 3º ano

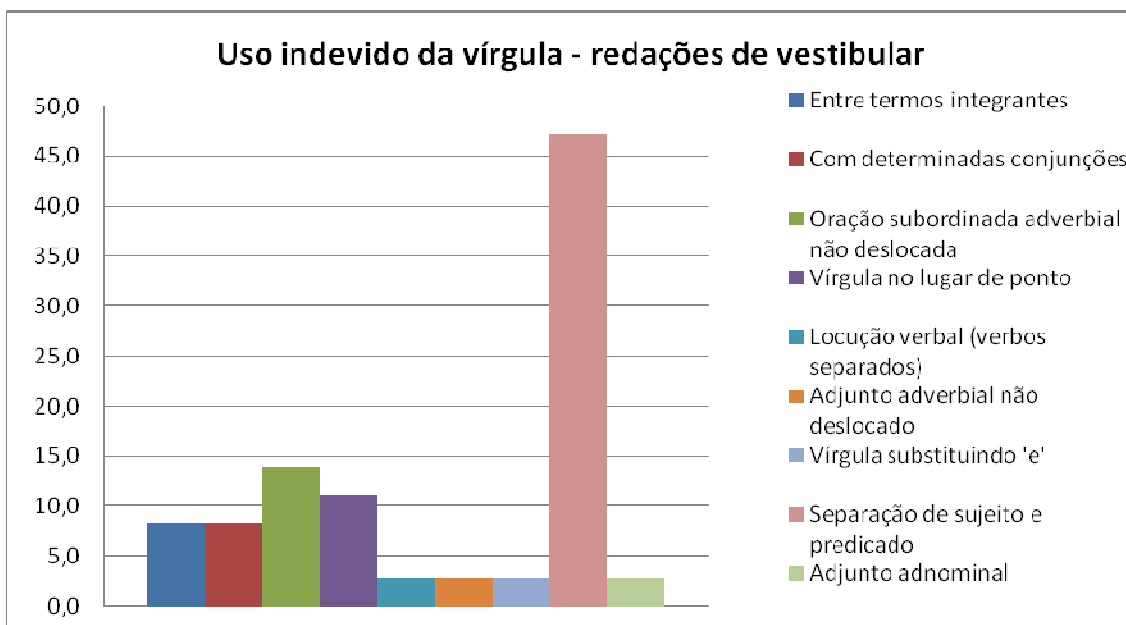


Gráfico 4: Uso indevido da vírgula – redações de vestibular

Cabe mencionar que foi difícil analisar algumas sentenças para definir se a inadequação se dava pelo uso indevido ou pelo não uso da vírgula, como na sentença (11), em que há concomitância de inadequações.

(11) Infelizmente, temos apesar de tudo, muita pobreza e miséria.

Na sentença (11) surge a dúvida em classificar como ausência de vírgula para deslocar o adjunto adverbial ou uso indevido, separando verbo e objeto. Optou-se nesse trabalho por classificar como ausência de vírgula para deslocar o adjunto adverbial por se tratar de um adjunto de três termos. As gramáticas apresentam que o adjunto deslocado deve ser intercalado por vírgula quando de pequena extensão, mas não definem o que seria pequena extensão. Por se tratar de redações de vestibular, seguiu-se nessa pesquisa o critério adotado pelo CESPE de que as expressões adverbiais longas são aquelas formadas por três palavras ou mais.

3.2 Não uso de vírgula pelos candidatos/alunos

Como apresentado no capítulo 1, as gramáticas tradicionais apontam uma série de regras para o uso da vírgula. No entanto, tais regras apresentam vários aspectos que podem ser criticados, tais como a apresentação da vírgula como sinal de pausa e

respiração, por não evidenciar o papel da sintaxe, por apresentar critérios arbitrários e pouco definidos. Desse modo, fica difícil o aluno assimilar e aplicar aquele amontoado de regras ao texto.

Os casos mais recorrentes de violação à convenção gramatical estão relacionados à sintaxe, à estrutura da oração, como pode ser visto no gráfico 5, que apresenta 9 contextos em que a vírgula não foi usada. As gramáticas limitam o ensino da vírgula à ênfase, pausa e ritmo, desconsiderando a estrutura dos constituintes como motivação sintática para o uso. Reconhecer e identificar os constituintes da sentença é importante para a boa utilização dos sinais de pontuação. A pontuação não deve ser ensinada fora da sintaxe.

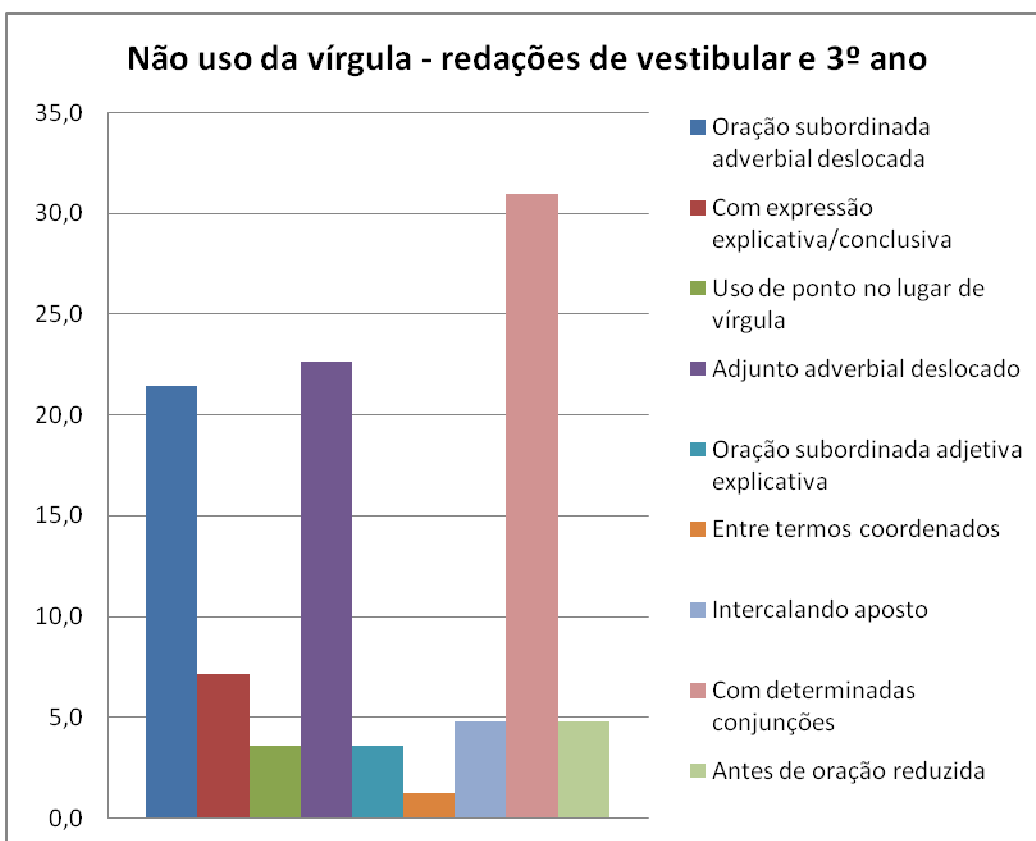


Gráfico 5: Não uso de vírgula – redações de vestibular e 3º ano

Se essas proporções de inadequações estiverem corretas, a dificuldade dos alunos é na estrutura do período. Os alunos terão dificuldade em pontuar um adjunto adverbial ou oração subordinada adverbial deslocados se não souberem reconhecê-los

como tais funções sintáticas³. Além de pontuar erroneamente, os alunos também deixam de pontuar devido à tradição de marcar a vírgula como pausa e ênfase.

- (12) Nos grandes centros urbanos a cena mais comum é, sem dúvida, o conjunto de prédios, os chamados arranha-céus... (Vestibular)
- (13) Na maioria das universidades é comum um trote para marcar a entrada e saída de algum curso, como ovas, farinha e tinta. (Ensino Médio)
- (14) Ao observarem um objeto criam novos objetos, assimilam novos projetos. (Vestibular)
- (15) Quando se entra em alguma universidade os calouros têm uma tradição de participar do trote para interagir com os veteranos, porém nem sempre isso acontece. (Ensino Médio)

Os dados revelam que a dificuldade dos alunos é na estrutura do período. Em (13) e (14) há violação à convenção gramatical por não ser usada a vírgula depois de constituintes adverbiais deslocados e, em (15) e (16), por não ser usada a vírgula depois de oração subordinada adverbial deslocada.

3.3 Uso indevido da vírgula pelos candidatos/alunos

Embora tenham sido encontrados mais casos/tipologias de violação à regra por uso indevido de vírgulas, foram encontrados em menor quantidade, tendo algumas violações aparecido apenas uma vez. O que destoa nesse grupo são os casos de separação de sujeito e predicado, que representam 19,7% do total das violações encontradas e 45,2% das violações por uso indevido da vírgula, como pode ser visto no gráfico 6.

³ Certa vez ouvi de um aluno, ao corrigi-lo, que a vírgula intercalando um adjunto adverbial estava errada porque ele não queria dar ênfase àquele termo

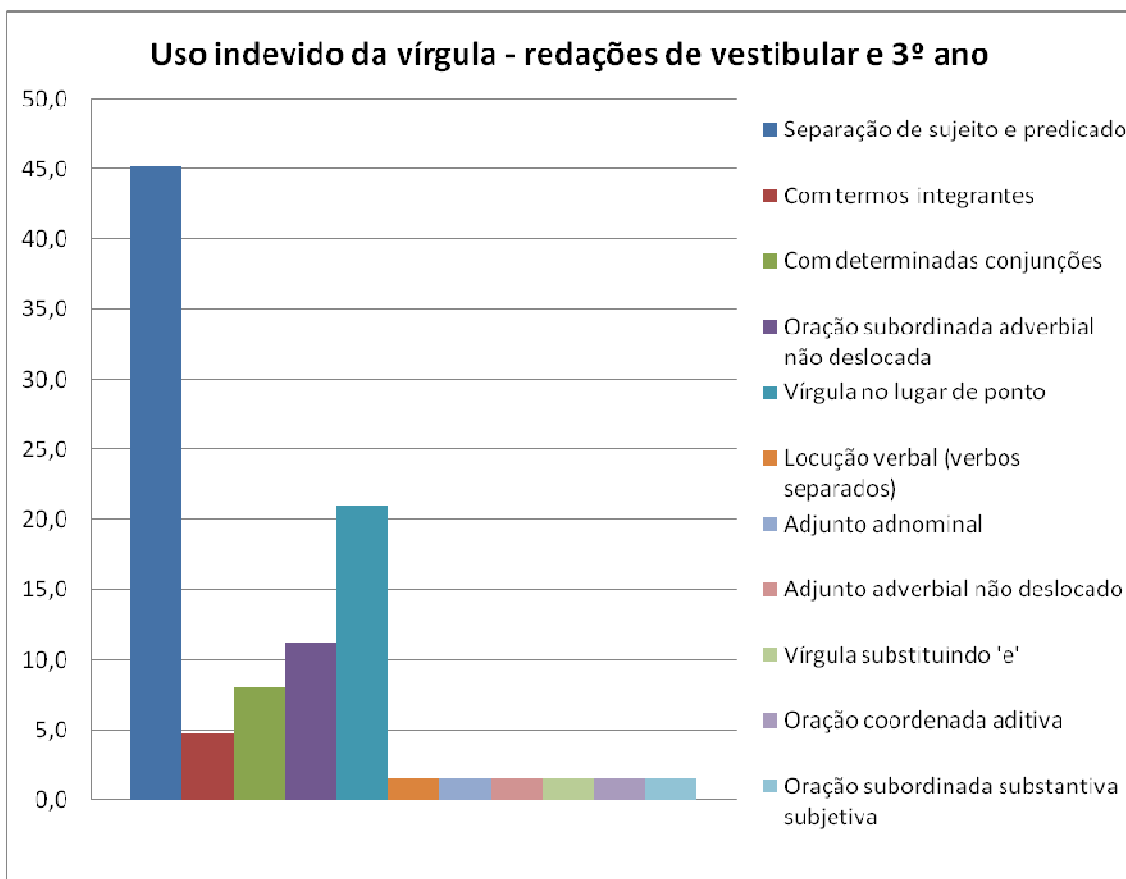


Gráfico 6: Uso indevido da vírgula – redações de vestibular e 3º ano

Nos dados (17) a (20), pode-se observar exemplos de orações em que a vírgula aparece separando o sujeito do predicado.

- (16) A arte nos fatos, é a hostilidade que devemos ter com o nosso próximo.
- (17) Hoje, o trote, é usado como pretexto para incentivar a integração dos calouros com os veteranos.
- (18) A justiça e as universidades, ainda vêm isso como uma brincadeira inocente?
- (19) Trotos deste modelo, são levados aos centros acadêmicos.

As sentenças (21) a (23) também foram retiradas do corpus analisado e revelam o uso de estruturas de tópico nas produções escritas analisadas.

- (20) Contudo o conhecimento que fomos adquirindo com o passar dos dias, esse nunca deixará de existir.
- (21) A natureza a mais bela e perfeita arte que existe para contrabalancear o outro lado artístico do mundo, essa também emociona, está nos fatos

também porém é mais difícil ver e cada vez mais distante para poder ser amada como realidade e não como lembrança de um passado remoto.

- (22) Por isso que ela se transforma em episódio marcante, porque os artistas esses sabem fazer com que a criação vire um acontecimento que vale ser lembrado e guardado em nossos corações e gravados na memória.

3.4 Considerações sobre o capítulo

A análise dos dados mostra que a violação mais frequente é o uso da vírgula para separar sujeito e predicado, representando 19,7% das 146 violações encontradas, seja por uso inadequado ou não uso de vírgula. A segunda violação mais recorrente foi o não uso de vírgula com determinadas conjunções, representando 17,8% das 146 violações encontradas e a terceira, representando 13,01% das violações, o não uso da vírgula com o adjunto adverbial deslocado.

Esses resultados indicam que a dificuldade dos alunos/candidatos está no reconhecimento prévio da estrutura da sentença para poder usar a vírgula. Há dificuldade em reconhecer a dependência entre os termos da oração, como sujeito e verbo. A forma como a gramática tem sido ensinada na escola, apresentando a pontuação desvinculada da sintaxe, não favorece o aprendizado do conteúdo. Além disso, as mudanças linguísticas são desconsideradas no ensino que presa somente a gramática tradicional.

Os dados indicam que os alunos cometem inadequações, ao usar ou deixar de usar a vírgula, não porque não sabem as regras, mas porque as aprendem de modo improdutivo ao longo da vida escolar. Ao analisar os dados, por vezes foram encontradas inadequações, como (24) e (25), que pareciam, claramente, ter sido feitas de modo consciente e proposital para denotar ênfase, pausa ou “para o corretor respirar”, como alguns alunos costumam definir a importância da vírgula.

- (24) Os trotes nas universidades, deveriam ser uma brincadeira inocente, aonde pessoas estão ali comemorando, por terem alcançado seus objetivos, mas muitas vezes...

(25) O estrito caminho pelo qual percorre uma minoritária faixa da sociedade rumo a concretização do tão sonhado curso superior, esbarra num difícil obstáculo a ser vencido.

Percebe-se então que é frequente o uso de vírgula em contextos de fronteira entoacional talvez devido à tradição gramatical ensinar que a vírgula marca uma pausa pequena, desconsiderando que as regras de vírgula, em sua maioria, são de natureza sintática. Para que o aluno perceba e aplique a pontuação em contexto sintático, precisa conhecer suficientemente a classificação gramatical. Como proposto por Duarte (2011), o estudo da sintaxe a partir dos predicadores verbais facilita o entendimento da estrutura da sentença e a dependência entre os termos da oração.

Ainda sobre os resultados dos dados analisados, duas observações devem ser feitas: a primeira é a de que Costa (2008) faz um estudo sobre o uso de vírgula por estudantes portugueses e chega a casos de uso incorreto da vírgula muito semelhantes aos atestados nessa pesquisa. A segunda observação é a de que várias pesquisas linguísticas têm analisado o português como uma língua de tópico (desde Pontes 1987) e, interessante, a maior ocorrência de uso da vírgula de forma não prevista pelas gramáticas tradicionais foi o entre o sujeito e o verbo. A primeira questão observada, a pesquisa de Costa (2008) será apresentada, brevemente, a seguir e a segunda, sobre o português do Brasil estar usando estruturas de topicalização, será abordada no próximo capítulo.

Costa (2008) utiliza testes diagnósticos feitos com alunos do 1º ano do curso de Letras que nunca fizeram nenhuma disciplina de linguística. O teste pretendia verificar o domínio dos alunos da gramática tradicional, pedindo que identificassem classes de palavras, funções sintáticas, segmentação e classificação de frases/orações, construção de exemplos a partir da classificação indicada e explicitassem regras de pontuação. Os dados referentes à identificação de funções sintáticas mostram um desempenho muito baixo, havendo maior número de acerto na identificação de sujeito simples em posição canônica.

Em relação ao uso da vírgula, os resultados do autor são muito parecidos com os encontrados na presente pesquisa. Os casos em que houve maior incidência de uso da vírgula em desacordo com as prescrições gramaticais foram os usos entre o sujeito e o predicado e entre os conectivos da sentença.

É interessante observar que o português europeu é uma língua que se enquadra na tipologia de Língua de Sujeito Nulo (cf. Rizzi) e que, quando há sujeito pré-verbal, esse elemento é analisado como verdadeiro tópico da sentença. Talvez, por esse motivo, haja uma grande ocorrência desse sinal de pontuação entre o sujeito e o predicado da oração nessa língua.

Costa (2008) também encontrou em seus dados o mesmo problema com vírgula e conjunção. Para o autor, a formulação e o uso dessa regra pressupõem o conhecimento das conjunções e conectivos adverbiais. As conjunções não são seguidas de vírgula, ao contrário dos advérbios conectivos em início de período ou intercalados. Os exemplos abaixo foram retirados das redações analisadas:

(26) Portanto se nota que os trotes já estão inseridos em nossa cultura e não se faz necessário seu término, pois sim um maior controle por meio das universidades e entidade cabíveis.

(27) Porém tem certas brincadeiras maldosas e por esse motivo muitos não gostam e fica o receio de não participar e serem excluídos do que acontece dentro da universidade.

(28) No Brasil os trotes não permitidos mas acontecem com frequência e geralmente não são punidos como deveria

Capítulo 4 – Sobre o tópico no português do Brasil

4.0 Nota introdutória

Este capítulo apresenta pesquisas que tratam o português do Brasil como língua de tópico e tenta estabelecer uma relação entre a alta incidência de vírgula entre o sujeito e o predicado e essa nova propriedade sintática da língua. O capítulo apresenta a proposta de Pontes (1987) para o português brasileiro ter se tornado uma língua com proeminência de tópico e sujeito⁴. O estudo limita-se à proposta de Pontes (1987) por ser a referência para outros trabalhos que tratam do tópico no português do Brasil.

4.1 O tópico em português

Quanto à tipologia, segundo Li e Thompson (1976), citados por Pontes (1987, p. 11), as línguas são divididas em línguas com proeminência de sujeito, como as línguas indo-européias; línguas com proeminência de tópico, como o chinês; línguas com proeminência de tópico e sujeito, como o japonês; e línguas sem proeminência de sujeito ou tópico, como o tagalog.

línguas com proeminência de sujeito, em que a estrutura das sentenças é mais bem descrita como de sujeito e predicado;

línguas com proeminência de tópico, em que a estrutura da sentença é mais bem descrita como de tópico comentário;

línguas com proeminência de tópico e sujeito, em que há as duas construções diferentes;

línguas sem proeminência de sujeito ou tópico, em que o sujeito e o tópico se mesclaram e não se distinguem mais os dois tipos. (Pontes 1987, p. 11)

Pontes afirma que as construções de tópico são mais frequentes na língua coloquial espontânea. Porém, o cenário atual do PB nos mostra que a topicalização tem sido frequente também na escrita e em momentos de fala monitorada, não coloquial. A

⁴ Para estudos mais recentes sobre o português como língua de tópico ou “orientada para o discurso”, ver Negrão (1999) e Modesto (2000, 2010), entre outros.

autora afirma ainda que no PB qualquer SN pode ser de tópico e apresenta os seguintes exemplos em que o tópico corresponde a diferentes funções na sentença:

- a. Objeto indireto
 - (1) Meu cabelo desta vez eu não gostei nem um pouco.
- b. Objeto direto
 - (2) Esse negó(cio) de tópico eu tô examinando desde o semestre passado.
- c. Adjuntos adnominais
 - (3) Esse negócio o prazo acaba.
- d. Complemento nominal
 - (4) Isso aí eu tenho dúvida.
- e. Adjunto circunstancial
 - (5) Qualquer elemento você pode fazer isso. (com...)
- f. Adjunto predicativo
 - (6) Banana ouro – é a única banana que eu gosto.
- g. Sujeito
 - (7) Os nossos alunos, cumé que eles estão recebendo?

4.2 Características do tópico e das línguas de tópico

Pontes, ainda seguindo Li e Thompson (1976), apresenta as seguintes características do tópico:

- a. Definição – o tópico é sempre definido;
- b. Relações seletivas – enquanto o sujeito precisa ter relações seletivas com o verbo, o tópico não precisa. Essa relação só é encontrada quando tópico e sujeito são idênticos;
- c. O verbo determina o sujeito, mas não o tópico – a seleção do tópico é independente do verbo;
- d. Papel funcional – o tópico está mais ligado ao discurso, ele anuncia o tema do discurso;
- e. Concordância verbal – é comum encontrarmos a concordância do tópico com o verbo;

- f. Posição inicial na sentença – em todas as línguas, o tópico sempre vem em posição inicial na sentença, enquanto o sujeito pode aparecer em outras posições.
- g. Processos gramaticais – o tópico, como é independente da sentença, não governa processos sintáticos, como reflexivização e passivização.

Essas características apontam para o tópico ser dependente do discurso e o sujeito dependente da sentença. O que caracteriza uma língua ser de proeminência de tópico é que as relações sintáticas são sensíveis a funções discursivas, ao passo que as línguas com proeminência de sujeito fazem operações sintáticas com base nos argumentos.

Quanto às línguas de tópico, Li e Thompson, citados por Pontes (1987, p. 21), apresentam as características abaixo e Pontes as compara com o PB.

- a. A construção passiva é marginal – ou não existe na fala ou é pouco frequente. Pontes sugere que em português a passiva não seja muito frequente.
- b. Sujeitos vazios – nas línguas de tópico, sujeitos vazios não são encontrados. Essa característica também é encontrada no PB.
- c. Duplo sujeito – são construções típicas das línguas de tópico. Em português encontramos essas construções, como em (8) e (9):
 - (8) Os livros, eles estão em cima da mesa.
 - (9) A Maria, essa não quer nada com o serviço.
- d. Controle de co-referência – é o tópico e não o sujeito que controla a co-referência nas línguas de tópico. Em português, o controle da co-referência fica com o tópico e não com o sujeito, como em (10).
 - (10) Ó, o Cláudio, pergunte a ele quedê a chave dele.
- e. Restrições sobre o constituinte tópico – não há restrições sobre o que pode ser tópico. Como apresentado nos exemplos de (1) a (7), em português também não há essa restrição.
- f. Sentenças básicas – nas línguas de tópico, as sentenças de tópico não são derivadas de outras, são sentenças básicas. Verifica-se em português que não há restrição quanto à distribuição das sentenças de tópico, como em (11):
 - (11) O Hélio, a carne, como aumentou, hein!?

Depois de apresentar as características arroladas por Li e Thompson, Pontes (1987) afirma que o português partilha com as línguas de tópico a maioria de suas características, não tendo como característica apenas o verbo no final da sentença e a codificação superficial, um morfema para marcar o tópico, mas não aprofunda o assunto.

Outro ponto em comum entre as línguas de tópico e o PB é a dificuldade de se determinar o sujeito em alguns casos, pois não há marcação morfológica para diferenciar sujeito de objeto, ficando a diferenciação pela posição na frase e a concordância. Como o sujeito pode ser posposto e a concordância nem sempre aparece na língua coloquial, fica a dificuldade de se determinar o sujeito também no PB.

4.3. Sujeito-predicado ou tópico-comentário?

Pontes (1987) mostra que, após ser indagado sobre a construção em (12), um falante nativo, não linguista, explicou-a da seguinte forma: “O que acontece com essa frase é o seguinte: a gente nomeia o objeto, para chamar atenção sobre ele e avisar ao outro (o ouvinte) que é daquele objeto que a gente vai falar. Em seguida, a gente fala do objeto.” (p. 31).

(12) Esse rádio estragou o ponteiro.

Talvez esse pensamento seja compartilhado pelos alunos quando colocam vírgula depois do sujeito.

As frases (13) a (17) têm o sujeito, ou o que seria sujeito na ordem direta, em posição posposta ao verbo. Como mencionado na seção 2.2, é difícil determinar o sujeito quando posposto devido à falta de concordância ser comum. Fica então a dúvida se estaríamos diante de construções SVO ou tópico-comentário.

(13) O meu carro furou o pneu.

(14) O Carlos André cresceu o nariz.

(15) A Sarinha ta nascendo dente.

(16) Essa casa bate bastante sol.

(17) Esse carro cabe 60 l. de gasolina.

Como o tópico está na primeira posição, confunde-se com o sujeito e dá a interpretação de uma frase SVO. No exemplo em (13), “o carro” seria o sujeito, “furou” o verbo e “pneu” o objeto. A concordância não muito ajuda em português para se determinar o sujeito. Seria possível dizer “Meus carros furaram o pneu” ou “Essas casas batem bastante sol”, o que demonstra que o tópico está se confundindo com o sujeito.

Outro fato apontado por Pontes (1987) para essa conclusão é que não parece possível trocar a ordem nas frases de tópico:

(18) *Essa casa bastante sol bate.

(19) *O meu carro 60 l. de gasolina cabe.

Pontes aponta que “se fizer uma pausa, é possível a ordem direta, inclusive com a concordância” (1987, p. 36) e como a pausa é uma característica do tópico, em (20) já estaríamos diante de um caso de tópico-comentário.

(20) Essa casa aí, floriram os bougainvilles depois de todo mundo.

Para Pontes (1987), há duas hipóteses a respeito dessas frases. A primeira é que elas estariam entre as frases do tipo sujeito-predicado e as frases de tópico do tipo duplo sujeito. Há uma mistura de tópico com sujeito e predicado com comentário. Confundem-se essas frases com as de estrutura SVO. A segunda é que o português coloquial seria como o chinês, que se caracteriza por “o significado gramatical de sujeito e predicado em uma sentença chinesa é o tópico e comentário, em vez de ator e ação.”. Essa segunda hipótese também pode ser defendida para o português. Pode-se notar que não existe a relação agente-paciente nos exemplos vistos. Em (14) ou (15), ainda que *Carlos*, *André* e *Sarinha* fossem sujeitos, não seriam agentes. Em todos os exemplos temos tópico e comentário e as frases apresentam a estrutura SVO.

Ao estudar a importância do tópico em nossa língua, Pontes (1987) demonstra que no português coloquial o tópico tem grande importância e a incidência de construções de tópico é tão frequente quanto construções sem tópico. Pelas características apresentadas em comum com línguas de tópico, para a autora, o português seria, no mínimo, uma língua com sujeito e tópico proeminentes.

Como mencionado na seção na anterior, em português encontramos, recorrentemente, construções de tópico na língua escrita. Essas construções são

encontradas desde textos mais antigos, como atestam os gramáticos. Pontes (1987) direciona o estudo de construções de tópico em língua escrita para dois tipos: topicalização e deslocamento à esquerda.

Pontes (1987) cita Epiphanyo Dias (1959) para mostrar que as construções de tópico classificadas por Ross como deslocamento à esquerda aparecem sob o rótulo de pleonasma nas gramáticas:

Quando o complemento directo, que regularmente deveria ir depois do verbo, é transportado emphaticamente para o princípio da oração, representa-se novamente junto do verbo pelo pronome pessoal aspectivo ou – no caso do complemento directo ser uma oração – pelo demonstrativo o. (Epiphanyo Dias (1959: 333-4) in Pontes (1987) p. 52-53)

Alguns internos, que tive, abortou-mos a fortuna (Vieira, VII 518, AP. Blut)

Já era exemplificado por Epiphanyo o uso, hoje frequente, do sujeito pleonástico em todos os registros da língua. Said Ali (1965) também registra o pleonasma de sujeito.

Em orações intransitivas, os substantivo que é sujeito repete-se às vezes emphaticamente, depois do verbo, na forma de pronome pessoal: Aquelle espantoso dom Vasco da Gama conde Almirante nam fez elle cousas, em cuja comparaçam as grandezas antiguas parecem pouquidades? (Epiphanyo Dias) Também o sujeito posto no começo da oração, depois do qual se faz pausa, pode vir repetido sob a forma do pronome esse: Como a baleia a Jonas, essa é a sepultura que o mar costuma dar aos homens (Vieira). (Said Ali) – In pontes (1987, p. 53-54)

Segundo Pontes (1987), esses pleonasmos correspondem ao que Ross chama de deslocamento à esquerda e distinguem-se da topicalização por não apresentar pronome-cópia. Ainda segundo Pontes, a topicalização é mais comum na língua escrita do que o deslocamento à esquerda. A dificuldade em português em diferenciar os dois casos é que a elipse do pronome é opcional.

Pontes apresenta o exemplo (21) de construção de tópico em Monteiro Lobato dizendo que “ninguém notaria nada de especial nela (na frase), a não ser que estivesse colhendo exemplos para um artigo sobre construções de tópico” e aponta que a única diferença para essa frase e uma frase usada na linguagem coloquial contemporânea (à

época da autora, mas creio que nada mudaria hoje) seria a substituição do pronome oblíquo *a* pelo pronome *ela* (22).

(21)“Na minha família essa palavra gato ninguém a pronuncia” (Monteiro Lobato, 1958: 31)

(22)Na minha família essa palavra gato ninguém pronuncia ela.

A autora apresenta ainda outros exemplos em leituras ocasionais, tanto na literatura - como em Carlos Drummond de Andrade (23), Pedro Nava (24) e Machado de Assis (25) – como em jornais e revistas, (26) e (27), e situações mais formais, classificadas como de discurso relativamente planejado, como simpósios e congressos, (28) e (29).

(23)“A cidade dá pra sentir o riso dos adultos, a naturalidade dos bichos, a crueldade também universal dos açougues, o comportamento milenar e sempre novo da juventude.” (Estado de Minas – 20/06/81)

(24)“Essa cidade lembro-a de sempre.” (1981, p. 5)

(25)“Os maus dá-me ímpetos de enforcá-los.” (1975, p. 222)

(26)“A função que ela exerce, raríssimas mulheres conseguem chegar até lá.” (Estado de Minas, 2º cad., p.3, 13/5/81)

(27)“Os extratos da seiva de aloe-vera, Cleópatra já os utilizava para manter a vitalidade cutânea (...)” (Desfile, p. 58, set. 1980)

(28)“Eu acho que as falas de uma pessoa de teatro, eles visam causar uma certa impressão.” (intervenção no V Encontro de Linguística da PUC/RJ, 1980)

(29)“Eu acho que esses dois casos de Português, eles revelam...” (idem.)

4.4 Topicalização na língua oral: reflexos na escrita

A interferência da língua oral, em alguns momentos, torna-se um problema no aprendizado da língua escrita. Como afirma Pontes, “os alunos tendem a transpor as estruturas orais diretamente para a língua escrita” (p. 85).

A autora afirma que os próprios professores desconhecem estruturas da língua oral, o que os impossibilita de compreender muitas das dificuldades dos alunos no

processo de aprendizagem da escrita. Para ela, é necessário que observemos e descrevamos estruturas da língua oral para “realizar estudos contrastivos entre língua oral e a escrita, a fim de ajudar o professor a programar uma pedagogia para ensinar redação”.

Pontes estuda um tipo de sentença que é muito comum no português oral, mas condenado na língua escrita. Segundo ela:

Os professores não entendem porque seus alunos usam tais estruturas, e ficam completamente perdidos quando confrontados com elas. Os alunos também não sabem porque eles ‘erram’ e ficam igualmente confusos. Contudo, quando observamos a língua oral, estas estruturas são perfeitamente naturais e, ao interrogarmos os falantes nativos a respeito delas, eles dizem: “Nós falamos isto”. (p.86)

Os exemplos em (30) foram colhidos pela autora em situações de fala espontânea. A reação dos falantes é que na língua escrita tais construções não são corretas e devem ser substituídas pelas sentenças em (31).

- (30)a. Essa casa bate muito sol.
- b. A belina cabe muita gente.
- c. Essa janela não venta muito.

- (31) a. Nessa casa bate muito sol.
- b. Na belina cabe muita gente.
- c. Nessa janela não venta muito.

Conforme Pontes, para os falantes nativos, as sentenças em (30) são relacionadas com as sentenças em (31), mas na língua oral ambas são aceitas e tem significados diferentes. Nas sentenças em (30), o primeiro SN está em posição de tópico e as sentenças são menos impessoais que as sentenças em (31). Na análise da autora, as sentenças em (30) são o resultado de uma transformação de topicalização que transforma os sintagmas adverbiais em sujeitos das sentenças e elimina a preposição. As sentenças têm uma estrutura superficial igual à uma sentença SVO e os professores não aceitam tais construções porque na língua escrita os verbos *caber* e *bater* não

admitem sujeitos como *carro* e *casa* e o verbo *ventar* é impessoal. No entanto, essas sentenças não são sentenças SVO canônicas, pois não admitem transformação passiva.

(32) a. *Muito sol é batido nessa casa.

b. *Muita gente é cabida nessa belina.

Podemos então concluir que essas sentenças aparentemente são do tipo SVO, mas, na verdade, trata-se de estruturas tópico-comentário. Essas sentenças não se comportam como outras sentenças com ordem SVO. É principalmente a ordem superficial dos elementos que nos faz considerá-las assim. Outro argumento que pode favorecer a interpretação de SN como sujeito é a concordância, no entanto, no português contemporâneo, a concordância está desaparecendo.

Pontes aponta sua insatisfação com os gramáticos, linguistas e professores por não tratarem do tópico, dizendo que os gramáticos aliam as estruturas de tópico como figuras de linguagem; os linguistas têm sido eurocêntricos e não querem considerar que outras estruturas que são comuns na línguas orientais possam existir em nossa língua; e os professores de português não seguem o uso dos bons escritores, mas a prescrição dos gramáticos.

Ao tratar dos professores, a autora afirma que, quando lhes mostramos que, mesmo os melhores escritores usam estruturas de tópico em suas obras, eles respondem que ‘o escritor sabe como usá-las, para atingir um certo efeito, mas o aluno não’. Para Pontes, essa ideia é um “duplo preconceito: de um lado, a ideia de que o povo não conhece sua língua; do outro, a de que o bom escritor é sempre consciente no que usa.” (p. 94).

Para concluir essa análise sobre tópico sob o ponto de vista de Pontes (1987), cito fragmentos do texto que apresentam exatamente o questionamento inicial desse trabalho quanto papel do professor e da gramática no aprendizado.

A não aceitação, pelos professores, destas estruturas na redação dos alunos é, para mim, um empobrecimento do poder de expressão dos alunos. Como as estruturas sujeito-predicado (SP) e tópico-comentário (TC) não são variantes, mas veiculam significados diferentes, o aluno fica restrito a uma delas quando escreve. (p. 94)

O principal problema para ensinar redação em português não são os estudantes, mas a tradição gramatical no Brasil, que é demasiado conservadora e prescritiva. Os preconceitos são demasiado fortes e generalizados e não permitem que o falante nativo use sua criatividade e habilidade linguísticas na língua escrita do mesmo modo que ele faz na língua oral. Ensina-se aos alunos desde a escola primária que ele não conhece sua língua, que o que ele usa na língua oral está errado, e que ele precisa aprender na escola como substituir as estruturas orais pelas estruturas aceitas da língua escrita postuladas pelos gramáticos. A tarefa é semelhante a aprender uma outra língua. No fim, ninguém sabe escrever. [...] A crença em que a língua portuguesa é tão difícil que ninguém sabe escrever é espalhada em nossa sociedade. Os professores reforçam esta crença cada vez que eles recusam uma sentença porque algum gramático, por razões desconhecidas, diz que ela não é boa. (p. 94-95).

4.5 Considerações sobre o capítulo e reanálise dos dados

Após a apresentação do estudo de Pontes, é importante que voltemos aos dados em que houve separação entre o sujeito e o verbo por meio de vírgula para sabermos se esses são casos de tópicos-sujeitos ou não.

Nos dados (20) a (23), pode-se observar exemplos de orações em que a vírgula aparece separando o sujeito do predicado.

(20) A arte nos fatos, é a hostilidade que devemos ter com o nosso próximo.

(21) Hoje, o trote, é usado como pretexto para incentivar a integração dos calouros com os veteranos.

(22) A justiça e as universidades, ainda vêm isso como uma brincadeira inocente?

(23) Trotes deste modelo, são levados aos centros acadêmicos.

As características apresentadas por Li e Thompson (1976) para línguas de tópico, apresentadas na seção 4.2, podem ser vistas nas orações acima, o que nos leva a considerar esses casos como tópicos-sujeitos. Em todas, há definição e posição inicial na sentença. Percebe-se também o papel funcional, as estruturas topicalizadas estão mais ligadas ao discurso. Em (23), há intenção do falante em anunciar que *trotes deste modelo* será o tema do discurso. A concordância verbal é feita conforme o esperado para

construções sujeito-predicado, mas no PB a concordância também tem ocorrido com estruturas tópico-comentário.

As sentenças (24) a (26) também foram retiradas do corpus analisado e corroboram para a hipótese de o português estar se tornando língua de tópico.

(24) Contudo o conhecimento que fomos adquirindo com o passar dos dias, esse nunca deixará de existir.

(25) A natureza a mais bela e perfeita arte que existe para contrabalancear o outro lado artístico do mundo, essa também emociona, está nos fatos também porém é mais difícil ver e cada vez mais distante para poder ser amada como realidade e não como lembrança de um passado remoto.

(26) Por isso que ela se transforma em episódio marcante, porque os artistas esses sabem fazer com que a criação vire um acontecimento que vale ser lembrado e guardado em nossos corações e gravados na memória.

As construções de (24) a (26) não apresentam violação quanto ao uso da pontuação, mas apresentam construções com pronome-cópia, típicas de língua com proeminência de tópico. Pontes aponta que a totalidade dos exemplos apresenta o tópico como elemento dado, ou que já foi mencionado no discurso ou que se sobressai no contexto pragmático. Todos os SNs apresentam ou artigo definido ou pronome demonstrativo, o que mostra o caráter definido da construção, como nos exemplos já citados e ainda em (27).

(27)a. Ele, o livro dele não é lá essas coisas.

b. Eu acho que esses dois casos de português, eles ...

c. Esse buraco, menina, taparam ele outro dia.

d. E aquele lá, não dá prá colar ele?

Os exemplos de sentenças com pronome referem-se a algum elemento dado no discurso ou no contexto, têm função coesiva no discurso e a função contrastiva é pouco frequente. O SN em construções de tópico deve ser referencial, não se encontram frases com SNs indefinidos ou genéricos. Segundo Pontes, “quanto à entonação, a pausa ou quebra entonacional é frequente, mas não obrigatória. É potencial.” (1987, p. 80).

A proposta dessa pesquisa é que a alta incidência de separação de sujeito e verbo seja devido à mudança em curso na qual o português está se tornando uma língua com proeminência de tópico-sujeito.

Considerações finais

A presente pesquisa investigou aspectos relacionados à temática da vírgula, com o objetivo de verificar de que forma as Gramáticas Normativas têm abordado o assunto, como o uso da vírgula é tratado em livros didáticos, como estudantes em fase de conclusão do ensino médio usam a vírgula em suas produções escritas e, por fim, como os estudos linguísticos modernos têm analisado o uso desse sinal de pontuação.

Seguindo os pressupostos da Teoria gerativista, partiu-se da hipótese de que o conhecimento da língua é inato. Para Chomsky (1986,1988), as línguas possuem princípios invariáveis e universais, que são inconscientemente usados. A esse conjunto de princípios e estruturas mentais, denomina-se Gramática Universal. Em outras palavras, o pressuposto que guiou a presente pesquisa é o que se há um conhecimento linguístico inconsciente, ele poderá ser usado, seja no uso da língua falada (que é inato), seja no uso escrito da língua (que é uma habilidade aprendida e contextos de ensino formal, mas que se guia também pelos princípios da GU). Tal conhecimento inato pode estar por trás dos usos da vírgula nas produções escritas dos alunos. Numa análise preliminar das produções de texto, verificou-se, que o uso da vírgula não ocorreu de acordo com as convenções.

A dissertação se dividiu em quatro capítulos. O capítulo 1 apresentou um panorama de como a pontuação e, em especial, a vírgula tem sido apresentada nas gramáticas tradicionais e nos livros didáticos. O capítulo 2 apresentou a relação direta entre a vírgula e a estrutura de constituintes revelada por estudos linguísticos. O capítulo 3 apresentou a pesquisa feita, usando como *corpus* as redações de alunos vestibulandos e os resultados obtidos. O capítulo 4 tentou esboçar uma possível explicação para o fenômeno do uso de vírgulas, em um dos casos de uso da vírgula em desacordo com as normas gramaticais de maior incidência, que foi o de separação do sujeito do verbo.

Foram utilizados dados retirados de redações de estudantes da educação básica em séries finais. Foram analisadas 60 redações, sendo 30 redações de vestibulares de 1995 e 30 redações de alunos que cursam o 3º ano do ensino médio em 2013. Para identificação dos contextos de uso correto ou incorreto da vírgula, foram usadas como base as orientações de Evanildo Bechara (2009) na *Moderna Gramática Portuguesa* e Celso Cunha & Lindley Cintra (2008) na *Gramática do Português contemporâneo*.

A análise dos dados mostrou que a violação mais frequente é o uso da vírgula para separar sujeito e predicado, representando 19,7% das 146 violações encontradas, seja por uso inadequado ou não uso de vírgula. A segunda violação mais recorrente foi o não uso de vírgula com determinadas conjunções, representando 17,8% das 146 violações encontradas e a terceira, representando 13,01% das violações, o não uso da vírgula com o adjunto adverbial deslocado.

Esses resultados indicam que a dificuldade dos alunos/candidatos está na estrutura do período. A forma como a gramática tem sido ensinada na escola, apresentando a pontuação desvinculada da sintaxe, não favorece o aprendizado do conteúdo. Além disso, as mudanças linguísticas são desconsideradas no ensino que presa somente a gramática tradicional.

Os dados indicam que os alunos cometem inadequações ao usar ou deixar de usar a vírgula não porque não sabem as regras, mas porque as aprendem de modo improdutivo ao longo da vida escolar.

Percebeu-se então que é frequente o uso de vírgula em contextos de fronteira entoacional talvez devido à tradição gramatical ensinar que a vírgula marca uma pausa pequena, desconsiderando que as regras de vírgula, em sua grande maioria, são de natureza sintática. Para que o aluno perceba e aplique a pontuação em contexto sintático, precisa conhecer suficientemente a classificação gramatical.

A proposta da dissertação foi que a alta incidência de separação de sujeito e verbo seja devido à mudança em curso do português estar se tornando língua com proeminência de tópico-sujeito.

Referências bibliográficas

- BECHARA, Evanildo. *Moderna gramática portuguesa*. Rio de Janeiro: Lucerna, 2010.
- CAMARA, Tania Maria Nunes de Lima. Pontuação: orientação de uso pela ótica dos gramáticos ao longo do tempo. In: *Revista Philologus*, Ano 17, N° 51. Rio de Janeiro: CiFEFiL, set./dez. 2011.
- CEREJA, W. R.; MAGALHÃES, T. C. *Gramática reflexiva: texto, reflexão e uso*. 3ªed. São Paulo: Atual, 2008.
- CHOMSKY, Noam. *Syntactic Structures*. The Hague: Mouton, 1957.
- CHOMSKY, Noam. *Linguagem e mente: pensamentos atuais sobre antigos problemas*. Trad. de Lúcia Lobato. Brasília: Ed. Universidade de Brasília, 1998.
- COSTA, João. 2008. *Conhecimento gramatical à saída do Ensino Secundário: estado actual e consequências na relação com leitura, escrita e oralidade*. In C. Reis (org.) *Actas - Conferência Internacional sobre o Ensino do Português*. Lisboa: Ministério da Educação, 2007, p. 149-165
- Critérios adotados na avaliação de aspectos microestruturais das redações e das questões do tipo d do 2º vestibular de 2012 da UnB. In http://www.cespe.unb.br/vestibular/2VEST2012/arquivos/CRIT__RIOS_DE_CORRE__O_DAS_REDA__ES_E_DAS_QUEST__ES_TIPO_D.PDF
- CUNHA, Celso & CINTRA, Lindley. *Nova Gramática do Português contemporâneo*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2008.
- DUARTE, Maria Eugenia. Termos da oração In: VIEIRA, S. R. & BRANDÃO, S. F. (Orgs.) *Ensino de Gramática: descrição e uso*. São Paulo: Contexto, 2011. p.185-203.
- DUARTE, I; BRITO, AM. Predicação e classes de predicadores verbais. In: MATEUS, M, H, M. et al. *Gramática da língua portuguesa*. 7ªed. Lisboa: Caminho, 2003. P. 181-203.
- KATO, Mary. *No Mundo da Escrita: Uma Perspectiva Psicolinguística*. 7ª ed. São Paulo: Ática, 2010.

MESQUITA, Roberto Melo. *Gramática da Língua Portuguesa*. 8ª ed. São Paulo:Saraiva; 2002.

Modesto, Marcelo (2000) On the Identification of Null Arguments. Doctoral dissertation. University of Southern California, Los Angeles.

NEGRÃO, E. V. *O português brasileiro: uma língua voltada para o discurso*. 1999. Tese (Livre-Docência) – Universidade de São Paulo, São Paulo. 1999.

NEGRÃO, E. V.; VIOTTI, E. *Estratégias de impessoalização no português brasileiro*. In: FIORIN, J. L.; PETTER, M. (Orgs.). *África no Brasil: a formação da língua portuguesa*. São Paulo: Contexto, 2008. p. 179-203.

PONTES, Eunice. 1987. *O tópico no português do Brasil*. Campinas: Pontes.